Ano XXVIII - Nº 286 Março a Maio - 2015 Joinville - SC

ISSN 2237-2164

IMPRESSO

Exemplar de assinante/anunciante

JORNAL DA EDUCAÇÃO

JORNAL DA EDUCAÇÃO Perfil

www.jornaldaeducacao.inf.br

Caderno Especial

RenovAÇÃO da escola

UDESC 50 ANOS

A abertura oficial das comemorações dos 50 anos da UDESC foi no dia 13 de maio, no Museu da Escola Catarinense (Mesc).

Numa solenidade, no dia 20 de maio, foram lançados a Revista, o documentário e um selo comemorativo. Na mesma cerimônia foram homenageados os aposentados, primeiros diretores e técnicos mais antigos da instituição.

A 4ª melhor universidade estadual e a 18ª entre 192 avaliadas pelo MEC, preparou uma extensa programação até novembro deste ano, nos 12 centros, distribuídos em dez municípios catarinenses, assim como em polos de ensino a distância.

A publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no início de 1932, foi uma tomada de posição no campo educacional em favor da educação pública, laica e coeducativa.

O Manifesto dos Pioneiros teve como principal personagem Fernando de Azevedo, mas foi também assinado por personagens importantes da história brasileira como Cecília Meirelles, o anarquista João Penteado e a comunista, feminista e educadora Armanda Álvaro Alberto.

Páginas 5 a 12

Joinville adota programa de educação financeira

Programa pioneiro envolverá mais de 20mil estudantes de 47 escolas, nas aulas de educação financeira para alunos da rede municipal. Com material didático especial o programa ensina a planejar, poupar e consumir conscientemente.

Página 4

CEI visita Projeto Toninhas da Univille

O Projeto Toninhas, finalista do Prêmio Nacional da Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente, na categoria academia, integra os estudos dos alunos do CEI Peter Pan, de São Francisco do Sul.

Página 14

Greve de professores da rede estadual continua

Governo condiciona negociação ao fim da paralisação e contrata professores substitutos. Grevistas intensificam protestos e criam fundo de manutenção. Categoria continua sem plano de carreira e regularização dos contratos dos ACTs.

Página 16

Opinião

Eu tenho vergonha de ser brasileiro

A afirmação de um jovem caixa de supermercado em Joinville é o retrato do pensamento da quase totalidade dos brasileiros diante das manchetes jornalísticas diárias desde o final do ano passado.

O rapaz, de cerca de 18 anos, expressou seu sentimento diante de clientes que conversavam na fila, enquanto aguardavam para serem atendidos por ele.

E complementou rapidamente, sem dar tempo para argumentos contrários, "Se eu pudesse, iria embora daqui. É muito roubo, muita corrupção. E em vez de parar de roubar, os caras que estão no poder, lá encima, dizem que roubaram porque os outros também já roubavam.

Os politicos roubaram e continuam roubando. As pessoas roubam e querem tudo pra si. O governo não governa. É muita incompetencia. E muita hipocrisia, é muita corrupção. E o exemplo vem lá de cima", disparou o rapaz enquanto passava as compras pela máquina registradora.

A cliente logo contrapôs o rapaz:"mas não basta ter vergonha, o que você tem feito para melhorar nosso país? "Eu sozinho não posso melhorar nada disso. São eles que fazem as leis e eles estão lá no bem bom e nós aqui trabalhando no domingo, e ainda temos que pagar a conta da roubalheira. O Brasil não tem mais jeito. Os políticos me envergonham.

Os caras que estão lá é que tem que parar de roubar e de enganar e mentir pra gente", continuou atendendo e falando num tom suave e simpático.

A resposta do garoto deixou perplexos os clientes que estavam próximos. É comum ouvirmos que o jovem não quer saber de nada, está alienado. E foi o estudante de terceiro ano do ensino médio, que demonstrou muita consciência de sua condição de cidadão brasileiro.

Aquele brasileiro disparou sua fúria contra a sua Pátria Amada e expressou-se com tanta raiva e veemência, mas em tom suave e cordial, que naquele momento conseguiu resumiu o pensamento da maioria quase absoluta da população brasileira.

Os clientes dois professores, um pesquisado do setor de comunicação e um vendedor de produtos industriais, não conseguiram acrescentar nada à sua fala ou demovê-lo de sua vontade de deixar o Brasil.

"Eu não posso fazer nada! Repetiu diversas vezes, enquanto trabalhava. Se eu pudesse iria embora desse país, mas eu tenho vergonha até de ir lá pra fora e ter que responder quando perguntarem, que sou brasileiro". O sentimento de impotência, reina soberano entre os brasileiros. Independente da idade, da camada social ou do nível de escolaridade, os brasileiros sentem-se envergonhados de sua cidadania e impotentes.

Já não acreditam na própria capacidade de mudar a situação do país, em uma solução vinda dos políticos e menos ainda dos atuais governantes.

Na contramão desse sentimento de impotência, está a prepotência dos políticos e do governo. A grande maioria se julga acima do poder e merecedor de todas as beneces que o dinheiro público possa lhes prover, independente de onde vier.

Se é para fazer ajuste fiscal, que seja no salários dos desempregados ou dos aposentados e pensionistas. Se é para reduzir os gastos públicos, que seja o do investimento em bolsas de estudos do Pronatec (ou até mesmo com o não pagamento das parcelas vencidas em 2014), do ProUni ou financiamento estudantil-FIES. Pode ser ainda na redução das verbas para pesquisas ou bolsas de pós graduação ou com o fim de programas de intercâmbio científico.

As contas com a não compra e distribuição de vacinas, como a BCG que está em falta sistematicamente em todo o país, também reduzem as contas do governo.

Mas o fundo partidário pode ser triplicado. Se for para recuperar o caixa da Petrobrás, que seja mantendo o preço dos combustíveis nas alturas, enquanto o barril de petróleo é vendido no exterior por valores cada vez mais baixos. Crise? É coisa que a imprensa está colocando está na cabeça dos brasileiros. Desemprego, bolso vazio, dívidas aumentam na mesma proporção que a sensação de impotência e a vergonha dos brasileiros.

O sentimento de impotência e a falta de luz no fim do túnel provoca uma espécie de depressão coletiva a ponto de, nem o governo e nem a oposição, conseguirem mobilizar a população para ir às ruas manifestar sua aprovação ou reprovação.

As pessoas não querem mais sair de casa, preferem fazer panelaço de dentro do conforto do lar. As postagens nas redes sociais são feitas em sua maioria por profissionais de comunicação contratados exclusivamente para este fim. Idealismo? Esta em crise.

O caixa do supermercado, os professores em greve em quase todo o país, os cidadãos que ocuparam às ruas ou fizeram panelaços, os vendedores, os funcionários da Petrobrás, enfim todos que não são políticos ou corruptos, tinham (e têm) em comum a mesma sensação de impotência e vergonha. Para os brasileiros conscientes da situação limite em que vive o país, a única solução, é deixar o Brasil...

Trata-se, infelizmente, da mesma sensação de impotência e a vergonha que reporta a mulher vítima de violência doméstica praticada pelo pai de seus filhos ou uma vítima de estupro que tem vergonha de denunciar seu agressor. De vítima, passa a sentir-se culpada.

E assim como a mulher espancada pelo marido que prometou protegê-la, se pudesse o abandonaria; o brasileiro, agredido em sua dignidade e desrespeitado política, intelectual e economicamente, sente-se impotente e dependente de um Estado pseudo protetor e paternalista.

EXPEDIENTE

JE

Ano XXVIII - Nº 286
Joinville(SC), Marco a Maio 2015

Rua Marinho Lobo, 512 Sala 40
89201-020 Joinville - SC
Fone: (47) 3433 6120 e 30272160

Endereço Eletrônico:
www.jornaldaeducacao.inf.br
jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br

Jornalista Responsável:
Maria Goreti Gomes DRT/SC
ISSN 2237-2164
Reg. Especial de Título nº 0177593
Impressão: AN
Tiragem desta edição: 5000

Distribuição dirigida a assinantes, anunciantes e estabelecimentos de ensino dos municípios das regiões educacionais de Joinville e Jaraguá do Sul.

Os artigos e colunas assinados são de responsabilidade de seus autores

Opinião Do Leitor

Por Eduardo Sehnem Ferro*

Em cenário de incertezas é preciso educar-se financeiramente

O Brasil passa por um momento de incertezas econômicas, o crédito voltou a ficar mais caro, a taxa de crescimento do país reduziu consideravelmente e não existe boas perspectivas no curto prazo. Por isso organizar-se financeiramente para um cenário de dúvidas é importante e pode trazer maior tranquilidade para possíveis surpresas indesejáveis.

Aliás, a grande maioria dos brasileiros não tem controle total sobre suas despesas pessoais, ou seja, planejamento, orçamento e controle de gastos estão longe da rotina da maioria das pessoas.

Para manter uma vida financeira saudável, a organização e a disciplina são fatores determinantes para o sucesso. Podemos citar algumas ações iniciais básicas que são importantes para alcançar objetivos pessoais e manter-se estável financeiramente, tais como:

Ter um orçamento ou planejamento financeiro: neles devem constar todas as despesas e receitas, com certeza irá ajudar a visualizar melhor onde está sendo direcionado o dinheiro e vai também contribuir para estabelecer limites aos impulsos de consumo. É importante registrar todos os gastos, pois um comparativo dever ser feito entre o orçado e realizado. Um histórico deve ser mantido, pois servirá para análise e pode facilitar para uma projeção de um ano seguinte.

Poupar: por mais simples que possa parecer, são muitas as pessoas que não conseguem guardar parte de seus recebíveis, muito pior, acabam gastando mais do que ganham. É importante poupar seja para comprar algo que estabeleceu como meta, para um investimento ou para ter uma reserva financeira. Aliás, ter uma reservar financeira para imprevistos é fator primordial, pois contratempos podem ocorrer, como a perda de emprego, uma doença ou qualquer fato inesperado.

Meta: ter conhecimento de onde se quer chegar é fundamental, conhecer quais são os objetivos e o que realmente precisa ajudará a reunir esforços para a realização por meio do planejamento. O processo de definir metas envolve a identificação das necessidades reais e até bens de consumo. Uma meta é um resultado muito específico do que se pretende alcançar. As metas podem ser definidas de longo prazo, curto prazo até para o dia, a semana, o ano e para a vida toda.

Controle ao comprar: para evitar o consumismo, contribuir para redução de gastos e ajudar a poupar, façamos três simples perguntas antes de efetuar uma compra. Eu preciso desse objeto? Eu tenho dinheiro? Tem que ser agora? Se a resposta for negativa, não faça a compra.

São inúmeras as dicas para que possamos ter um controle ideal das finanças pessoais e contando com esforço e disciplina, um grande passo será dado para no mínimo ter as finanças organizadas.

* Eduardo Sehnem Ferro é controller, contador inscrito no CRC SC-028265/O-7, pós-graduado em Docência do Ensino Superior e colaborador do Escritório Giovani Duarte Oliveira Advogados Associados.

Opinião Do Leitor

PARAR, REFLETIR, AGIR

Por Amadeu Garrido*

Momentos há na vida do homem e dos povos que é preciso refletir com muita concentração. E agir incontinenti. Sob pena de morte. Na batida que leva ao abismo não há diques salvadores que não sejam criados pela própria agonia. A irreflexão no plano pessoal, em geral, conduz a procedimentos mecânicos e seus desastrosos resultados. Na esfera política, uma nação pode morrer. A nação brasileira pode morrer. Morrer significa involuir até os mais baixos padrões de vida coletiva. Já atingimos muitos desses padrões, sob determinados aspectos. Por isso é preciso parar e reordenar para prosseguir.

O problema é que governo, oposição, sociedade civil, partidos e até mesmo as massas populares das ruas estão com medo. Com muito medo de nosso País perder de vez o bonde da história, dominados pela apatia dos que temem dar o rosto para bater, sem ousar analisar, discutir e propor concretamente. Crescimento zero, esgotamento dos recursos públicos, burocracia monumental e seus ministérios, corrupção que a cada dia agulha o espírito coletivo em gigantescas proporções, crônica e generalizada, equívocos administrativos, inépcia, obras inacabadas e glosadas, inflação corrosiva ameaçando às portas, federação mambembe animada pela insólita guerra fiscal do ICMS, municípios completamente endividados, crise moral, surto de credibilidade, mentiras que se somam em progressão geométrica, vaidades dos salvadores da pátria, ajuste fiscal incerto e indeterminado. Uma quadra de crise profunda e raramente vista num país que sempre viveu em crise.

Não há como negar que não teremos solução amanhã. Já chegam aos bares as previsões temporais para a saída. Nesta década, como preconiza o FMI, em dez anos, mais ou menos, otimistas e pessimistas, e pouca ou quase nenhuma meditação política sobre os rumos brasileiros. Por onde andam nossos politócologos, sociólogos, economistas, juristas, representantes augustos da "sociedade civil"? Passa-se a impressão de que, assim como muitos empresários, estamos prontos para jogar a toalha e demandar alhures a salvação pessoal.

Uma imensa e decrépita savana africana. Fugitivos por mares implacáveis. Poderemos ser náufragos e morrermos abraçados com venezuelanos, bolivianos, argentinos. Receio, fundado receio de chegarmos a esse desastre, está presente no recôndito de milhões de brasileiros. Parafraseando o jargão bancário, não somos grandes demais para quebrar.

Há dois pontos que precisam ser distinguidos. Os brasileiros não suportam mais ler as páginas policiais em que se tranformaram nossas leituras políticas. Dê-se curso às responsabilizações, não podemos deixar de estar informados de tantos fatos que nos provocam náuseas diárias, mas vamos ao ponto seguinte, animados por vontade irrefreável de superar as mazelas, com realismo e pragmatismo.

Claro que a iniciativa deve partir de um governo que, supõe-se, ainda tenha mínimos resquícios de patriotismo. Da Sra. Dilma Rousseff, que um dia sonhou com dias melhores, foi para o cárcere e hoje transfere a todos nós as mazelas de suas torturas. Não há como continuar, Sra. Dilma, a cada dia mais próxima do perfil de rainha da Inglaterra. O caminho é um só. O da altivez do General De Gaulle, por exemplo, que, na impossibilidade constada de prosseguir, renunciou e convocou eleições gerais. Não foi diminuído pela história. Ao contrário. Os interesses nacionais são muito significativos para que os subordinemos a nossos orgulhos, nossas idiossincrasias, nossos projetos de poder, nossos interesses pessoais mesquinhos. O Estado não foi criado para ser um instrumento de sobrevivência de alguns, mas para garantir a sobrevivência da sociedade como um todo.

Essa percepção está fora do alcance de hipostática sobranceria do atual governo, mas seus integrantes devem perceber, qual um celerado perseguido pela turba, que estamos presos num beco escuro e sem saída, salvo se se despojarem de seus interesses. Um ano, pelo menos, de muito trabalho e muita reflexão, sobretudo de nossos intelectuais, com intensa participação popular, no âmbito de uma nova Assembleia Nacional Constituinte, que substitua a atual Carta, elaborada no momento atípico da grande transição mundial e do fim da guerra fria, riscada, remendada e desfigurada pelo poder reformador. Sem que daí sobreviesse nenhuma solução para nossos males.

Haverá campo para debate e solução de todos os temas, de todas as reformas, sempre propostas e jamais feitas, dado o conservadorismo covarde de nossos políticos, especialmente dos que se revezam no poder. Há que ousar para vencer. Há que renunciar aos interesses particulares para promover os interesses públicos, que satisfarão posteriormente os interesses privados, na roda dialética que gira, enquanto, todavia, permanecemos, qual um tribo primitiva, negando tudo, postergando tudo, ocupando as ruas, mas inconscientemente esperando a intervenção dos deuses.

***Amadeu Garrido de Paula é advogado especialista em Direito Constitucional, Civil, Tributário e Coletivo do Trabalho.**

1987 - 2012
25 anos
JORNAL DA EDUCAÇÃO
PROFESSOR: Você desenvolveu um trabalho DIFERENCIADO que resultou em aprendizagem?
Mande sua sugestão de pauta
jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br
www.jornaldaeducacao.inf.br

Brincando também se aprende as vogais

Bal. Barra do Sul - A professora Alessandra dos Santos, com o objetivo de levar seus alunos do Jardim IV da Escola Municipal Vandelina Matilde Anacleto a reconhecer as vogais e sua importância na escrita da língua portuguesa, desenvolveu uma série de atividades de forma lúdica.

A "brincadeira pedagógica" envolveu música, desenho, recorte e colagem, cores, formas geométricas e muita conversa. De forma descontraída, as crianças conversaram sobre as letras procurando identificar palavras que iniciem com a vogal indicada.

As atividades incluíram ainda brincadeiras como o acerte o desenho, somente de figuras cujo nome iniciasse com vogais trabalhada naquele momento, músicas, recortes e colagens, sequência lógica, cores e formas geométricas.

Brigadeiros saudáveis

Blumenau - Cerca de 60 alunos, da Escola Básica Municipal Felipe Schmitd, participaram de uma oficina especial de Páscoa e aprenderam a fazer brigadeiros saudáveis. A oficina foi desenvolvida pela Gerência Alimentar e Nutricional da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Na receita, ingredientes comuns como cenoura, leite em pó, leite de coco, coco ralado e açúcar mascavo. Além dos brigadeiros, os alunos aprenderam a decorrar copos com símbolos da Páscoa, o que tornou a oficina ainda mais lúdica.

Enquanto confeccionavam os brigadeiros, os alunos foram orientados sobre a importância de se alimentar de forma correta.

"O brigadeiro comum parece ser mais gostoso, mas eu sei que esse é muito melhor para a saúde", contou Ana Paula Araújo Rosa, de apenas 10 anos. Ela e os amigos estavam ansiosos para descobrir o sabor e no fim, não se decepcionaram.

"Achei gostoso e vou levar para meus pais provarem", disse Cauê Victor Gomes, também de 10 anos.

De acordo com a Nutricionista Camile Rocha, que elaborou a receita, o intuito dessa oficina é incentivar o consumo de alimentos regionais e de nutrientes importantes para o desenvolvimento e crescimento das crianças.

"O objetivo é levar à população preparos diferenciados com ingredientes comuns, gerando redução do desperdício, minimização da vulnerabilidade alimentar e hábitos de vida saudáveis", destacou.

PRA FORA DA SALA, AGORA!

Talvez eu insista na mesma cantiga; creio eu, numa musiquinha estridente: o preparo de um professor faz toda a diferença! Digo esta redundante verdade porque estava pensando o quanto seria divertido se proibissem de vez a segunda "arma" mais usada pelos mestres: a expulsão da sala de aula.

Digo a segunda "arma", pois a primeira e mais usada é o "descontar pontos", seja direto no diário, seja numa prova tão difícil que nem um Nobel responderia.

Quase em todas as escolas do Brasil é epidêmica a mania de expulsar aluno a sala, de "mandar para a secretaria" ou "diretoria" ou "se acertar com coordenadora ou orientadora", ou seja, tira o "monstro ameaçador" da sala de aula, como se resolvesse o problema.

O pior da história é que os motivos são os mais absurdos: não fazer a tarefa, rir sabe-se lá do quê, mascar chiclete, não trazer o caderno. Mesmo com motivos considerados graves, o professor é o soberano da sala e não deve, em hipótese alguma, passar sua autoridade e domínio de turma para um profissional que não está na escola para resolver picuinhas, rebeldias pontuais, como um bombeiro que sai apagando as fogueiras da escola. Aliás, bombeiros de verdade não apagam o fogo, previnem incêndios, com ações planejadas.

Expulsar o aluno rebelde e indisciplinado é um ato que atesta a incompetência do professor. O aluno muitas vezes quer mesmo é sair da aula, que vê como chata ou não tem maturidade para perceber a importância do tema.

Cabe ao professor trabalhar de modo preventivo no engajamento do aluno com as temáticas, com os métodos, com uma forma mais elaborada de se lidar com o coletivo.

Sim, cabe ao professor. Antes que as rupturas disciplinares aconteçam, o planejamento deve envolver os especialistas da escola: mapeamento dos alunos com baixo rendimento, identificação das causas, observação dos alunos com históricos disciplinares ruins, identificação das lideranças de cada sala, trabalhos de integração professor-aluno, dos alunos entre si são práticas eficazes. O trabalho de aproximação dos pais com seus filhos no ambiente escolar é outro exemplo de trabalho feito com planejamento que facilita muito o relacionamento interpessoal, que dá a escola a verdadeira face d centro de convivência com o novo, com o saber e com novas formas de pensar.

Mas como os especialistas poderão trabalhar no desenvolvimento de projetos, como poderão identificar os alunos que precisam de ajuda e como podem operar de fato seus trabalhos com o tal planejamento, se os mestres mandam alunos a granel para que os orientadores, que nada tiveram a ver com a situação fiquem lotados de alunos e suas agendas recheadas?

E lotados para resolver o que não precisam, pois o professor que age sem ameaças, de forma divertida, que trabalha com grupos ativos dentro de sala, que resolve com uma boa conversa ou com atividades de trabalho em conjunto não encontra resistência ou problemas disciplinares.

E quando se percebe que algo não vai bem na vivência emocional do aluno, que ele não reage de forma a colaborar consigo mesmo, é imperativo que se encaminhe o aluno para a avaliação de um especialista (psicólogo que trabalhe com temas educacionais ou um psicopedagogo), pois quanto mais cedo se intervém, melhores são os resultados na recuperação, no resgate do aluno para reaprender.

O que não se pode é rotular o aluno, é punir gratuitamente, reprova-lo ou repetidamente tirar de sala sem saber o que há de errado a ponto de leva-lo a uma conduta contrária à maioria dos alunos. É típico da natureza humana aprender, seguir o coletivo. A ruptura, por mais debochada que seja a postura do aluno, indica sofrimento e pedido de ajuda, assim como a preguiça. São mitos a quebrar.

É aí que entra a necessidade do preparo: professor tem de ter é repertório, professor bom é inusitado. É irreverente, tem resposta forte na ponta da língua, Ao mesmo tempo, o professor bem preparado, com espírito desarmado, bem humorado, cativa os alunos, traz o limite e a concentração necessários para efetivar um aprendizado coerente. Além de resolver problemas e manter o aluno vidrado na aula, seu exemplo educará sem perder o controle nem a admiração da turma.

*** Gilmar de Oliveira, psicólogo clínico e professor universitário; especialista em Neuropsicologia e Aprendizagem; Mestre em Educação e Cultura.**
E-mail: gilmardeoliveira@uol.com.br
@psicogilmar
facebook.com/psicogilmar

Rede municipal implanta educação financeira

Joinville - Desde o início deste ano, 47 escolas da rede municipal adotam programa piloto de educação financeira, que envolve diretamente mais de 20mil estudantes do 3º, 5º, 7º e 9º anos.

As integrantes da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), Yael Sandberg, Alzira Silva e Heloísa Padilha, com experiências na implantação do projeto em turmas de ensino médio em todo o país, estiveram em Joinville para fazer o treinamento de supervisoras e professores responsáveis pela implementação do programa piloto, que também está sendo implantado nas escolas de Manaus.

O objetivo é disseminar a cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente entre crianças e adolescentes.

A educação financeira para crianças e jovens, vem se tornando uma realidade com resultados muito positivos, motivando o consumo consciente e a realização de sonhos de vidas pessoal e profissional.

A capacitação realizada em fevereiro, orientou sobre a utilização das apostilas doadas pela instituição que coordena o programa em parceria com o MEC e a UFJP.

As atividades em sala de aula tiveram início em abril. Os estudantes das escolas que não estão tendo aulas de educação financeira, também participarão dos dois testes avaliativos, que serão realizados no meio e no final deste ano de 2015. Estes testes são um dos instrumentos de controle e avaliação do programa que deverá ser expandido para as demais escolas públicas do país.

A AEF-Brasil dá apoio ao Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) para o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef). As escolas serão acompanhadas e avaliadas com o apoio do Banco Mundial e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed) da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Material de apoio

O material didáticos, compostos por um kit de 18 livros, revisados pelo Grupos de Apoio Pedagógico (GAP), integrado por representantes dos setores educacional e financeiro, e presidido pelo Ministério da Educação (MEC), traz propostas detalhadas de atividades a serem desenvolvidas com os alunos das 47 escolas participantes.

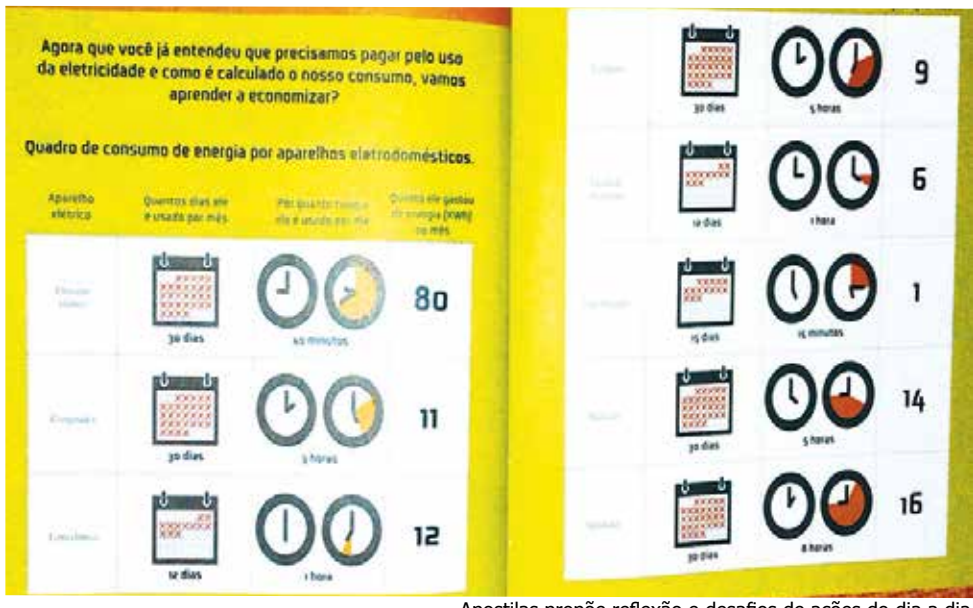
O livro do professor contém, além da apresentação do programa, roteiro de atividades a serem desenvolvidas em sala de aula. O livro dos alunos e orientações detalhadas sobre avaliações que devem ser feitas a cada aula aplicada em sala também estão no livro do professor.

A apostila dos estudantes leva à reflexão sobre os custos, benefícios e gastos que envolvem a produção industrial e comercialização de objetos do cotidiano tais como brinquedos, a bola, a boneca, o livro etc...

São trabalhados conteúdos financeiros e sociais como a energia elétrica e água, que possuem como base situações reais cotidianas da faixa etária dos estudantes, contemplando decisões de consumo e organização financeira. O que deve ser levado em conta no momento de comprar ou alugar uma casa de modo a economizar com transporte, luz e água são algumas das situações-desafios.

As atividades vão sendo inseridas nas aulas por meio das apostilas que têm atividades específicas para cada faixa etária e de aprendizagem.

As do 5º ano, por exemplo, são organizadas em forma de um jogo de RPG e os estudantes são personagens que devem tomar decisões e ganham pontos e bônus ao cumprirem ou não cada fase.



Apostilas propõe reflexão e desafios de ações do dia a dia

Os materiais propõe a discussão sobre o orçamento pessoal e familiar e considera que é possível construir um padrão de vida financeiramente saudável não importa qual a classe social a que o aluno e sua família pertençam. Pois o importante é a maneira como administram suas contas.

A ideia é ensinar que o orçamento doméstico precisa ser discutido em família. É importante existir planejamento dos gastos e consenso de objetivos. Uma família que convive num clima hostil por conta da falta de dinheiro, certamente se beneficiará dos ensinamentos que as crianças levarão da sala de aula para casa.

A coordenadora nacional do programa, Yael Sandberg, explica que o objetivo das formações é propor um diálogo de forma interdisciplinar e transversal nas salas de aula.

Vale salientar que o crescimento e o desenvolvimento de uma sociedade dependem também dos cidadãos saberem controlar seus recursos, respeitar seu orçamento e consumir conscientemente.

Afinal, pessoas educadas financeiramente têm maior possibilidade de crescimento profissional e pessoal, e ficam menos expostas a crises financeiros.

Outros materiais sobre o tema poderão ser baixados no site http://www.edufinanceiranaescola.gov.br/materiais/

A RENOVAÇÃO pedagógica NO BRASIL

UDESC 50 ANOS

A Educação Brasileira na Clave da Escola Nova

Organizador Norberto Dallabrida*

Atualmente, a qualidade do ensino é a questão mais crucial do sistema escolar brasileiro. Trata-se de buscar saída para o círculo vicioso em que os professores não têm uma carreira profissional atraente, fato que provoca o esvaziamento e a vulgarização dos cursos de licenciatura – e vice-versa. Acredita-se que um olhar histórico sobre ideias pedagógicas e/ou experiências escolares renovadoras pode ajudar a iluminar esse desafio contemporâneo.

Dito de maneira direta, a educação brasileira foi, efetivamente, renovada pelo Movimento da Escola Nova, que emergiu nos países europeus e nos EUA no final do Oitocentos e se desdobra e se afina até os dias que correm. Sendo plasmada por diferentes matrizes teóricas, essa onda pedagógica que realiza a "revolução copernicana" de colocar a criança no centro do processo de ensino-aprendizagem circulou pelo mundo como sinal de modernidade. No Brasil, alguns aspectos do escolanovismo foram apropriados, de forma tópica, desde a segunda década do século XX.

Nesta direção, pode-se citar a circulação das ideias deweyanas na "Revista da Escola Normal de São Carlos", bem como a experiência de corte anarquista da Escola Moderna Nº 1, realizada entre 1912 e 1919, em São Paulo. Da década de 1920 devem ser lembradas as reformas do sistema de ensino em alguns estados, as quais foram colocadas em marcha por "renovadores-especialistas" imbuídos de ideias escolanovistas.

No entanto, na história da educação brasileira, é preciso colocar em relevo a Escola Regional de Meriti (atual município de Duque de Caxias – RJ), concebida e dirigida por Armanda Álvaro Alberto, uma mulher de vanguarda. Num bairro pobre do Rio de Janeiro, ela realizou uma experiência escolar de inspiração montessoriana, mas com muita criatividade e espírito marxista e feminista.

A publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no início de 1932, colocou-se como uma tomada de posição no campo educacional em favor da educação pública, laica, coeducativa e escolanovista. Esse documento fundador da educação brasileira, escrito por Fernando de Azevedo e assinado por 26 profissionais de diferentes procedências e ideologias, é a defesa de uma política educacional em nível nacional, que tonificaria o sistema escolar público. Na primeira metade da tumultuada década de 1930, merece nota a reforma escolar do Distrito Federal, liderada por Anísio Teixeira, que está sendo estudada, com consistência e paixão, por Clarice Nunes.

Depois dos autoritários e tenebrosos anos do Estado Novo, as luzes escolanovistas que voltaram a iluminar a educação brasileira tiveram um líder inconteste: Anísio Teixeira. Como secretário da Educação na Bahia, ele estimulou a criação da Escola Parque, que ganharia relevo em nível nacional e atenção da UNESCO. No entanto, foi na condição de diretor do INEP, entre 1952 e 1964, que Anísio Teixeira colocou em marcha projetos educativos inéditos, especialmente a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), em 1955, em parceria com a UNESCO. Nos anos 1950 as matrizes da Escola Nova foram ainda mais apropriadas no Brasil, inclusive por colégios católicos pela adoção do Método Montessori-Lubienska. Nesse momento histórico emergiu também o que Demerval Saviani chama de "Escola Nova Popular", representada especialmente pela proposta de Paulo Freire.

Esses ensaios de experimentalismo pedagógico, que se colocaram em todos os níveis de ensino, foram contidos pelo golpe militar de 1964 e duramente reprimidos pelo AI-5. No entanto, nova floração escolanovista aconteceu nas escolas alternativas, que pipocaram a partir dos anos 1970, tendo como referências particularmente a Summerhill e a Pedagogia Freinet. Com a abertura política, a cultura escolar escolanovista foi atualizada e recriada em várias escolas e colégios brasileiros à luz de diferentes matrizes, mas especialmente por meio de hibridismos pedagógicos.

Desta forma, a genealogia da renovação pedagógica brasileira nos ajuda a repensar e reinventar a educação escolar no Brasil, perseguindo a qualidade do ensino e a democratização social. Esse é o propósito deste caderno especial, cujos textos foram elaborados especialmente por alunas da segunda fase do Curso de Pedagogia da UDESC como parte integrante da disciplina "História e Educação".

* Colunista do Jornal da Educação,professor da UDESC e coautor de "A Escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)". E-mail:norberto@udesc.br

JORNAL DA EDUCAÇÃO Perfil

JORNAL DA EDUCAÇÃO

FAED Centro de Ciências Humanas e da Educação

John Dewey
e a formação de professores no início do século xx[1]

Michele Varotto Machado e Alessandra Arce Hai(UFSCar/FAPESP)

John Dewey, um dos grandes nomes da Pedagogia Contemporânea, deixou um legado educacional muito amplo no que se refere à proposição de uma nova educação baseada nos preceitos de: interesse, atividade, vitalidade e, principalmente, na transmissão das experiências valorosas da sociedade adulta, com o objetivo de que a criança perpetue as conquistas de sua sociedade e garanta a evolução da mesma.

Mesmo com sua maior divulgação a partir dos anos de 1930, as ideias educacionais de John Dewey já se faziam presentes na formação de professores brasileiros no início do século XX, entre as décadas de 1910 e 1920, o que pode ser comprovado pela leitura e análise da Revista da Escola Normal de São Carlos-SP (1916-1923).

Fundada no ano de 1911, a antiga Escola Normal Secundária de São Carlos-SP representou um marco na instrução da cidade e a grande impulsionadora do desenvolvimento cultural da mesma (ARCE e NERI, 2011). Em 1916, o corpo docente da referida instituição, a fim de divulgar suas ideias e contribuir para os debates educacionais pertinentes no momento, como forma de fortalecer e aprimorar o ensino brasileiro garantindo o progresso e conservação da cultura nacional; fundaram a Revista da Escola Normal de São Carlos-SP. Periódico este que contou com 80 artigos publicados, em 13 números, entre os anos de 1916 e 1923.

Dentre os quais, encontram-se nas produções de dois professores: Carlos da Silveira (1883-1964) e João Augusto de Toledo (1879-1941), a veiculação e exaltação das ideias de John Dewey. Intelectuais ativos nos debates de sua época foram responsáveis pelas 11ª e 12ª cadeiras, ambas com a mesma denominação: Psicologia Experimental, Pedagogia e Educação Cívica na Escola Normal Secundária de São Carlos-SP.

Destacando-o como um "espírito esclarecido", os professores exaltam as ideias de John Dewey, e afirmam serem as mesmas condições para se pensar e fazer uma "escola nova" no Brasil, escola esta que priorize o aprender fazendo, de modo que as crianças sejam estimuladas na realização de experiências que lhes permitam compreender e vivenciar a dinâmica social. Neste sentido, os professores ainda chamam a atenção para que a escola organize-se como uma "sociedade em miniatura", preceito este muito defendido por John Dewey, uma vez que possibilita que a criança não tenha uma formação alheia a sociedade, mas que seja "preparada para a vida", e não para apenas responder às matérias escolares, como João Toledo e Carlos da Silveira destacam.

A partir destas breves considerações, podemos notar que o filósofo John Dewey esteve presente nos debates e discussões promovidas no interior da Escola Normal Secundária de São Carlos – SP. Mesmo que ainda na figura de dois educadores – Carlos da Silveira e João Augusto de Toledo – a apropriação de suas ideias se deu de forma ativa nas argumentações e proposições para uma nova forma de ensino às crianças brasileiras. Desta forma, podemos afirma que John Dewey, na primeira metade do século XX, já tinha suas discussões apropriadas e refletidas na formação de professores no território brasileiro.

REVISTA DA ESCOLA NORMAL DE S. CARLOS

ESTADO DE S. PAULO — BRAZIL

PROPRIEDADE E REDACÇÃO DO CORPO DOCENTE

ANNO I | S. CARLOS, 11 DE JUNHO DE 1917 | NUM. 2

SUMMARIO

I—Evolução e Pedagogia	João de Toledo
II—Historia da Pedagogia	Carlos da Silveira
III—Pela Patria. . .	Ezequiel M. Leme
IV—A Geometria (Os factores da Geometria) . .	F. Penteado
VI—Discurso. . . .	Mario Natividade
VII—Methodo didactico.	A. Proença
VIII—Rusticidade . .	Waldomiro Caleiro
IX—Escola Normal (Apontamentos)	

TYP. IDEAL CAMPINAS

Capa da segunda edição da Revista da Escola Normal de São Carlos-SP, 1917

1 Este trabalho é fruto da pesquisa realizada na dissertação de Mestrado "As apropriações das ideias educacionais de John Dewey na antiga Escola Normal Secundária de São Carlos-SP" (VAROTTO, 2012).

Pedagogia anarquista no Brasil: A Escola Moderna Nº1

Douglas Bahr Leutprecht

Grande parte da literatura que encontramos a respeito da educação anarquista limita-se a suas discussões teóricas, com grande presença das obras de Mikhail Bakunin, Joseph Proudhon e Élisée Reclus, dentre outros. Porém, muitas vezes, tal enfoque na teoria pedagógica libertária não é acompanhado da constatação de que ela se materializou em diversas experiências educacionais.

Costuma-se dividir o movimento anarquista na educação em dois momentos. O primeiro (1840-1882), protagonizado pelos teóricos do movimento, caracteriza-se pela denúncia do sistema educacional vigente na época. Já a segunda fase, iniciada em 1882 consiste no período de sistematização e efetivação da educação escolar anarquista, estendendo-se até as primeiras décadas do século XX.

Nesse contexto, uma das experiências mais efetivas de educação anarquista foi a Escola Moderna de Barcelona, fundada em 1901, por Francisco Ferrer y Guardia. Grosso modo, tal instituição pautou-se na Pedagogia Racionalista, marcada pela educação através dos sentidos, além de um forte teor positivista, anticlerical e antiestatal. Como método de ensino, a Escola Moderna de Barcelona utilizava o "método intuitivo", também chamado de "lição de coisas".

Tal método, de grande destaque na reforma do ensino catarinense protagonizada por Orestes Guimarães, nas primeiras décadas do século XX, privilegia o aprendizado através dos sentidos. Por conta de suas ideias, Ferrer foi fuzilado pelo governo espanhol em 1909, utilizando como pretexto uma suposta autoria de um atentado a bomba. Seus ideais pedagógicos, no entanto, espalharam-se pelo mundo, inclusive pelos países latino-americanos.

No caso brasileiro, foi a principal influência na criação da Escola Moderna Nº 1 em São Paulo. Inaugurada em 1912, a instituição ficou a cargo de João de Camargo Penteado, anarquista de formação autodidata. Durante a existência da instituição, uma das práticas – também presente na Escola Moderna de Barcelona - o que pode nos mostrar um pouco de seu cotidiano é a elaboração de periódicos estudantis. No caso da instituição paulista, o jornal intitulado "O Início" nos dá pistas do funcionamento da escola. Em 1915, por exemplo, o aluno Edmundo Mazzoni descrevia uma excursão escolar, prática comum dentro do método intuitivo, ao rio Tietê: "Lá o nosso professor nos explicou que os troncos da taquara se chama rizoma e que esses troncos caminham debaixo da terra. Ao chegarmos ao rio Tietê vimos barcas dentro e fora do rio. Um menino estava nadando vestido de calças no meio do rio". Dessa forma, como preconizava o método intuitivo, os alunos aprenderiam sobre a natureza em contato direto com ela, e não através dos livros e manuais.

Em outro trecho, podemos observar a influência mais específica do pensamento anarquista, no texto de Luís Cardoso sobre a Primeira Guerra Mundial, em 1916: "O meu desejo é, em primeiro lugar, acabar com esses governadores, imperadores, reis, e finalmente com os burgueses de todas as classes, que são os causadores desta monstruosa catástrofe, na qual tantas pessoas inocentes morrem".

Interessante ressaltar que a Escola Moderna de Barcelona e a Escola Moderna Nº1 não se declaravam anarquistas, apesar da visível influência do pensamento libertário. Isso se deveu principalmente a grande perseguição que os anarquistas, tanto espanhóis quanto brasileiros, sofriam nas primeiras décadas do século XX. Atenuar a ligação das instituições com o pensamento anarquista era uma forma de garantir sua sobrevivência.

A Escola Moderna Nº1 durou até 1919, um tempo relativamente longo se considerarmos a grande maioria das escolas fundadas por anarquistas. Seu fechamento ocorreu ironicamente por conta de um atentado a bomba, que serviu de pretexto para a perseguição de anarquistas em São Paulo. João Penteado, diferente de Ferrer, não sofreu uma repressão tão rígida, de modo que pouco tempo depois criou uma nova instituição chamada de Escola Nova.

FEMINISTA, COMUNISTA E... EDUCADORA!

Bruna Loeser, Gabrielly Nery, Jéssica Caparica e Larissa Alderighi.

No dia 19 de março de 1932, no Brasil, estava sendo lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, cujos signatários eram 23 homens e apenas 3 mulheres. As signatárias eram a poeta e escritora Cecília Meireles, a psicóloga e professora Noemi Silveira Rudolfer e a comunista, feminista e educadora Armanda Álvaro Alberto. Esta última é pouco falada, talvez por não ter deixado vasta bibliografia, mas teve uma importância significativa para a educação.

Armanda Álvaro Alberto, nasceu em 10 de junho de 1892, em uma família de elite e fora escolarizada em casa, tornou-se uma educadora exemplar, tendo como grande desafio levar educação a todos.

O seu primeiro ensaio docente foi em Angra dos Reis, em 1919, quando começou a lecionar ao ar livre para crianças que não tinham acesso à escola. Era chamada Escola Proletária de Angra dos Reis e contava com cerca de 50 crianças de 3 a 16 anos. Ela registrou que não teve coragem de recusar os alunos que a procuraram e os organizou na maior homogeneidade possível, mas esta experiência durou alguns ????????, pois teve que se mudar de residência.

Sua grande obra educacional foi a Escola Regional de Meriti, criada em 1921, e dirigida aos operários da fábrica de explosivos de seu pai. O primeiro nome da escola era Escola Proletária de Meriti, o que mais tarde foi modificado por sugerir um certo comunismo.

Esta experiência escolar foi pioneira em diversos campos: a primeira a fornecer merenda escolar, assistência médica completa e vestuário aos alunos. Com ela foi criada a Biblioteca Euclides da Cunha e um museu com coisas trazidas pelos alunos.

A comunidade participava intensamente de tudo e havia o Círculo das Mães, onde estas recebiam instruções de higiene, trabalhos manuais e economia doméstica. A escola era uma interação entre o ambiente escolar e a vida fora, assim como a vida de Armanda era uma interação entre ela própria e seus ideais dos quais não desistiu um minuto sequer.

Simultaneamente ao campo educacional, ela participava de diversas atividades políticas como a militancia feminista e comunista em uma época de muita repressão.

Integrou a Associação Brasileira de Educação, a Aliança Nacional Contra o Analfabetismo, a Associação Cristã Feminina e a Aliança Nacional Libertadora. Ela também fundou, com Eugênia Álvaro Moreyra, a União Feminina do Brasil (UFB), que lutava pela união entre as mulheres e direitos iguais, tornando-se a sua presidente. Essa entidade era filiada à ANL, o que a levou à prisão após a Intentona Comunista, sendo acusada de comunista e subversiva.

Ficou presa de outubro de 1936 a julho de 1937, quando dividiu cela com Olga Benário Prestes e outras presas políticas. Em nenhum momento na prisão esquecia sua escola e seus alunos, mandava cartas e ficava informada de tudo, de sorte que, pensar na vida fora da cela, a mantinha firme. Seu marido Edgar Süssekind de Mendonça era também seu companheiro no projeto da escola e partilhava de suas ideias marxistas, tendo sido preso também.

Aula com o círculo de mães

Armanda Álvaro Alberto ou Dona Mandinha - como era carinhosamente conhecida – ficou à frente da Escola Regional de Meriti de 1964 até 5 de fevereiro de 1974.

Foi uma mulher de coragem, merecedora de reconhecimento, apesar de ser pouco lembrada. Dedicou toda sua vida a uma causa, era uma mulher à frente de seu tempo. Lutou por seus ideais, comuns a todos da comunidade. Lutou pela igualdade seja na educação para os menos favorecidos, seja na UFB contra a misoginia, sempre pensando da liberdade individual. E até o fim de sua vida ela acreditou piamente nos princípios escritos em quatro cartazes da sua escola: SAÚDE, ALEGRIA, TRABALHO E SOLIDARIEDADE.

CECÍLIA MEIRELES E O FUTURO DO BRASIL PELA EDUCAÇÃO

Letícia Fernanda Vegini

Na sua história, a educação brasileira apresenta grandes pensadores e estudiosos que lutaram para sua universalização e busca da sua qualidade. Essa luta cresce principalmente a partir de 1932 com o famoso "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", elaborado por Fernando de Azevedo e assinado, entre outros, por pensadores da têmpera de Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Cecília Meireles. Neste texto focalizaremos de modo especial o papel desempenhado por essa signatária na educação brasileira.

Cecília estudou na escola Estácio de Sá. Em 1910, ganhou o primeiro prêmio das mãos de Olavo Bilac, com "distinção e louvor" pela conclusão do curso de magistério. Depois de formada, fundou a biblioteca infantil e se integrou ao movimento da Escola Nova.

Além de professora, Cecília atuava em jornais como o "Diário de Noticias" e "A Manhã". Poeta, escritora e tradutora, mas não abandonou o magistério. Lecionava em todos os níveis e graus do ensino.

Com a publicação do Manifesto de 1932, Cecília se declarou a favor da escola pública, única, laica, obrigatória e gratuita. Nos jornais escreveu sobre educação e lançou livros sobre o tema, bem como novidades literárias.

Seus textos eram inovadores e, algumas vezes, polêmicos. Para ela, a educação é assunto importante, pois "não se limita à formação de homens profissionais ou de cidadãos, mas homens, ao mesmo tempo, profissionais e cidadãos"(Diário de Noticias, 1930). Para ela, "a criança é o futuro cidadão", e a escola o "vestíbulo da vida".

Em seus textos, defendia que os educadores de hoje são responsáveis pelo futuro, e que a mudança do comportamento da criança depende da orientação, da energia e do exemplo deles.

Os professores devem transformar as experiências do cotidiano dos alunos em pontos de partida para o conhecimento histórico. Para isso, é necessária a boa formação do mestre, que segundo Cecília Meirelles deve ser "móvel, progressiva, sempre atual e constante, e que faça de cada um deles, indivíduos diariamente renovados, abertos aos acontecimentos e às técnicas do seu tempo".

Ela esperava da escola o desenvolvimento da sociedade, pois, além de moldar a criança, abrange o ambiente social que cerca cada geração.

Entendendo que a instituição de ensino constitui "a maior potência para o progresso humano" e é responsável pelo processo de "civilização". Por isso, deve ser laica, pois é o lugar da preparação do homem para a vida, enquanto a religião é catequese: subordina o homem aos interesses de uma doutrina, quando não, aos interesses de um indivíduo qualquer.

Também não admite o formato de dois tipos de educação: uma para os ricos e outra para os pobres. Ela tem que ser única transformada num ambiente de vida, sem distinções.

Durante toda a vida, Cecília se preocupou com a educação no Brasil, isto é, com as crianças que constituem o futuro da sociedade. É através delas que podemos mudar muitas coisas que atrapalham nosso progresso. Propõe um modelo de ensino não só para o ambiente escolar, mas para toda a família. Escola e família devem viver em sintonia para dar resultados positivos na construção de um Brasil melhor.

Em conclusão, o legado de Meireles nos mostra que a luta deve ser empreendida para melhorar a escola, ligando-a ao desejo patriótico de melhorar o Brasil, dando condições de crescimento para o país. O resultado final desta luta é o sonho de uma educação de escol. E por acreditar que a educação é importante para o futuro do nosso país, é que Cecília Meireles se engaja no projeto de renovação pedagógica escolanovista.

Segunda sede da Escola Regional de Meriti

Mate com Angu

Raquel Gesser Maximiano Mainardes
e Beatriz Ossimas Alosilla

Se você pensou que aprenderíamos uma receita, fique sabendo que este artigo não trata de culinária. Na verdade este é o apelido da Escola Regional de Meriti, fundada e dirigida, em 1921, pela militante e educadora Armanda Álvaro Alberto.

Pelo fato de atender à população operária da Vila de Meriti, inicialmente chamou-se Escola Proletária de Meriti, devido à sua identificação com o marxismo, ideologia da sua diretora, mudou de nome.

Armanda Álvaro Alberto baseou os ensinamentos dados na escola especialmente no método montessoriano, que visa a evolução da criança em um aprendizado diligente, no qual cada aluno assume sua obrigação de responder pelos próprios atos no processo pedagógico. O saber não é infligido compulsoriamente ao aluno, mas sim construído por ele com o apoio de livros e objetos didáticos, singelos e sedutores, que incitam os aspectos sensórios, motores, racionais e intelectuais do estudante.

Para dar seguimento e orientação ao ensino de caráter local/regional nas disciplinas de História, Geografia e Ciência da Natureza, as crianças visitavam os rios, as lavouras, e as fábricas locais, explorando seu território. Preocupados com a evasão escolar evitavam entrar em férias, pois muitos não completavam o 3° ano porque tinham que ajudar à família.

Acreditando na sua proposta pedagógica renovadora, Armanda propõe novos programas e métodos, cuidando para não interromper uma atividade interessante. E incita aos professores a entrelaçar os conhecimentos em exercícios das seguintes matérias: linguagem e desenhos (fazem parte de todas as aulas), cálculo, geometria, trabalhos manuais femininos e masculinos, jogos e cânticos infantis, estudos da natureza, higiene, jardinagem e criação, geografia(especialmente do Brasil), história (especialmente do povo brasileiro), economia e trabalhos domésticos.

Contando com colaborações e doações, a escola criou a Biblioteca Euclides da Cunha e o museu da região – atual cidade Duque de Caxias.

Foi a primeira escola na América Latina a servir merenda aos alunos, que, devido ao fato de o ensino ser em período integral, implicava em uma operação trabalhosa. Com poucos recursos, recebia ajuda dos moradores locais, tendo o alimento mais recorrente o mate (bebida feita de erva mate) e o angu (alimento feito de farinha de milho, "polenta"). Além disso, se preocupava com higiene e saúde, não só dos alunos mas também dos seus familiares, ampliando assim os portões escolares à comunidade, sendo reconhecida como a extensão do lar dos participantes.

Para fortalecimento do vínculo entre escola e família, Armanda instituiu o Circulo de Mães, associação em que elas aprendiam noções de higiene, educação familiar, economia doméstica. O trabalho ali desenvolvido proporcionava uma oportunidade para as mulheres contribuírem com a formação da nacionalidade, participando da cruzada cívica de combate ao analfabetismo.

A diretora da escola também promoveu o concurso "Janelas Floridas", que estimulava o plantio de flores nas janelas das casas e o cultivo de hortas e criação de animais como bicho-da-seda. Ademais, os materiais feitos nos trabalhos manuais eram vendidos em feirinhas locais e no Rio de Janeiro, contribuindo na renda familiar dos participantes.

Em virtudes de tudo o que mencionamos, percebemos que a dedicação e a determinação de Armanda Álvaro Alberto foi muito importante para educação brasileira. Influenciada pelo método montessoriano e por outros educadores escolanovistas, ela transformou um bairro operário e pobre, em um laboratório educacional inovador, aproximando escola e comunidade.

Por meio da concretização da Escola Regional de Meriti, que teve vida longa, Armanda realizou a experiência pioneira da Educação Nova no Brasil

O pensamento educacional de Fernando Azevedo

Breno Pereira Machado (UEPG)
Maria Julieta Weber Cordova (UEPG)

Fernando de Azevedo (1894-1974) é um dos intelectuais mais referenciados no pensamento educacional e sua obra constitui-se numa contribuição fundamental especialmente para as pesquisas que tomam como foco a história da educação brasileira. Foi um educador que vivenciou um contexto de efervescência de debates políticos e educacionais que se fizeram presentes no cenário cultural brasileiro a partir das primeiras décadas do século XX.

Nascido em Minas Gerais, em São Gonçalo de Sapucaí, Fernando de Azevedo era filho de família proveniente de posições sociais demarcadas por um capital cultural herdado (BOURDIEU, 1996). Teve sua trajetória escolar ligada a instituições de prestígio educacional como Colégio Lentz, São Gonçalo de Sapucaí, MG (1901-1903), Colégio Anchieta, Nova Friburgo, RJ (1903-1909) e Campanha, MG (1909-1914). Concluiu o curso de Ciências Jurídicas pela Faculdade do Largo São Francisco em São Paulo, em 1918.

Lecionou Latim no Ginásio de Belo Horizonte, no Ginásio Anglo-Brasileiro e na Escola Normal de São Paulo. Também atuou como professor de Literatura e Psicologia.

Foi comentarista do Correio Paulistano (1917-1922). Como redator do jornal O Estado de São Paulo (1923-1926) realizou importantes campanhas: uma sobre a Arquitetura Colonial e outra sobre a Instrução Pública do Estado de São Paulo denominado como Inquérito de 26.

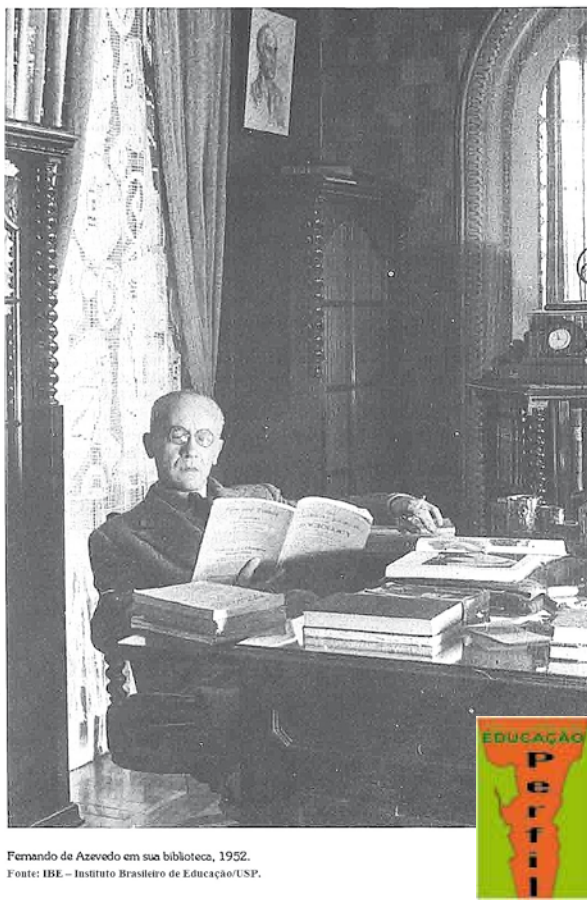
A primeira apontava o estilo Neocolonial como o ideal para a construção dos edifícios das Escolas Primárias. A segunda objetivava coletar depoimentos de intelectuais sobre a educação no estado de São Paulo com o intuito de fomentar uma nova política educacional

Enquanto Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930) propôs uma "reforma radical" (AZEVEDO, 1971) nos níveis de ensino primário, técnico-profissional e normal. O educador também foi Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933), quando implementou o Código de Educação, a partir do qual reorganizou os níveis de ensino do Estado. Participou também da fundação da Universidade de São Paulo (1934), sendo diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (1941-1943), da qual foi professor da cadeira de Sociologia.

Ocupou a pasta de Secretário da Educação e da Cultura de São Paulo em 1947. Em 1955 foi diretor do Centro de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1955-1972), vinculado ao INEP (1938), cujo objetivo seria o de promover pesquisas educacionais em âmbito nacional. O INEP permanece em funcionamento, vinculado ao Ministério da Educação.

Produziu intensamente, direcionando-se especialmente à educação, à crítica literária, às ciências sociais e ao jornalismo, como: Princípios de sociologia (1935), Sociologia educacional (1940), A cultura brasileira (1943), Educação entre dois mundos (1958), Educação na encruzilhada (1960), Novos caminhos e novos fins (1931), Educação e seus problemas (1937), Figuras de meu convívio (1960), História de minha vida (1971). Redigiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e o Manifesto dos Mais uma vez Convocados (1959).

O pensamento educacional de Fernando de Azevedo recebeu considerável influência especialmente de Émile Durkheim, pois concebia a educação como transmissão da cultura às novas gerações. Critica, dessa maneira, a educação tradicional, compreendendo que por meio de reformas educacionais poderia ser implementada uma nova educação, doravante respaldada por princípios científicos, no intuito de formar uma nova civilização à altura das civilizações consideradas desenvolvidas. Tal postura intelectual possibilitou uma aproximação dos princípios da sociologia educacional ao debate teórico da Pedagogia.



Fernando de Azevedo em sua biblioteca, 1952.
Fonte: IBE – Instituto Brasileiro de Educação/USP.

Referências

AZEVEDO, Fernando. História de minha vida. São Paulo: José Olympio, 1971.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

O documento que fundou a Educação Pública

Aline Soares, Marlene Mendonça, Vitoria M. Peres e Wiltiane Pereira.

Em 1931, a Associação Brasileira de Educação (ABE) organizou a IV Conferência Nacional de Educação. Do embate de posições políticas dessa conferência resultou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em março de 1932, que representou um marco na renovação da educação no Basil.

O sistema educacional brasileiro encontrava-se inorganizado e para solucionar os seus problemas, os pioneiros – educadores, intelectuais, jornalistas – apresentaram o Plano de Reconstrução Nacional – Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, fruto de movimento por reformas educacionais que tinha como objetivo traçar diretrizes de uma nova política nacional de educação com a missão conduzir o Brasil à modernidade também por meio de uma educação renovada.

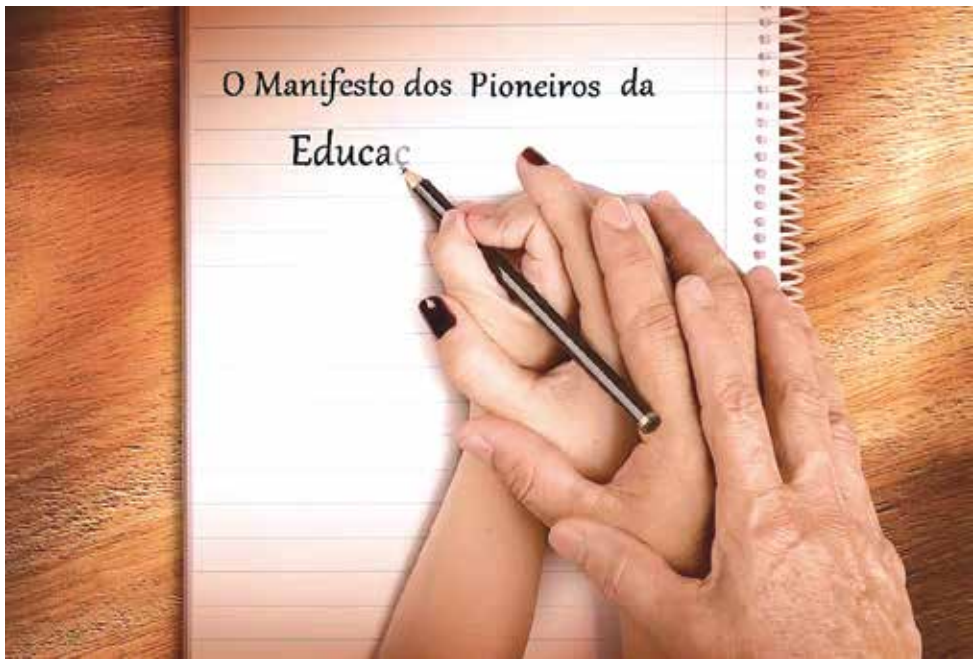
O Manifesto de 1932 foi assinado por 26 signatários, sendo vinte e três homens e três mulheres, entre eles Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Armanda Álvaro Alberto e Cecília Meireles. As bandeiras do Manifesto de 1932 eram a instituição da escola única, obrigatória, gratuita, laica e coeducativa, sem discriminação de gênero ou de classe. Destacava ainda que era preciso investir nos professores, com "formação e remuneração equivalentes que lhe permitam manter, com a eficiência no trabalho, a dignidade e o prestígio indispensáveis aos educadores".

A questão da escola única seria de uma escola acessível a todos. A educação sendo pública seria estendida a todos os indivíduos em todas as instituições oficiais de Educação num princípio igualitário que tornasse a educação escolar, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos; implantando assim a universalização da educação.

O ensino seria obrigatório e gratuito, segundo o Manifesto, de modo que a gratuidade deveria ser dependente da obrigatoriedade, pois, o Estado não pode tornar o ensino obrigatório e igual para todos se este não for gratuito e atender a todos os níveis econômicos e sociais.

O plano de reconstrução educacional previa também a laicização da educação - acima de crenças e disputas religiosas colocando em prática os princípios democráticos de liberdade, de pensamento e credo. A Igreja Católica era contrária as bandeiras e acusava o Manifesto de ser anticristão porque negava a supremacia da finalidade espiritual. Antinacional por desprezar a tradição religiosa do povo brasileiro. Antiliberal por "basear-se no absolutismo pedagógico do Estado"e, na negação da liberdade do ensino e, por fim, anticatólico pois pretendia impedir a Igreja de exercer qualquer intervenção pública na educação.

Outro aspecto presente no Manifesto dizia respeito à coeducação, na qual a escola seria unificada. Ou seja, não haveria separação dos alunos por sexo, dando oportunidade a todos, sem discriminação de gênero.



Procurando respeitar a personalidade integral do aluno, através do desenvolvimento de sua faculdade produtora e de seu poder criador, numa continuidade ininterrupta dos estudos, o plano educacional foi estruturado em 4 períodos: ensino infantil, ensino primário, ensino secundário e ensino superior, desenvolvendo assim a atividade criadora do aluno desde a pré-escola até a universidade.

Conclui-se que, após longos anos de luta, o manifesto ainda não consegue cumprir seu papel integral na educação. Das bandeiras defendidas pelos Pioneiros, algumas ainda não foram alcançadas de forma efetiva como a formação dos professores em nível superior. Um dos pontos centrais a ser discutido, por ser o fator imprescindível para que a escola consiga alcançar melhores resultados, uma vez que o professor pode adotar, em sua prática cotidiana, uma postura que deverá auxiliar o aluno no desenvolvimento de um processo reflexivo.

Anísio Teixeira: Trajetória e conquistas

Amanda Oliveira Martins

Anísio Teixeira deixou um legado generoso para a educação brasileira. Ele afirmou, de forma contundente: "Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara a democracia. Essa máquina é a escola pública". Essa afirmação nos faz entender que Anísio não foi somente um educador, filósofo, mas também um libertador.

Na década de 1920, como Inspetor Geral do Ensino na Bahia, fez traduções de grandes obras da educação internacional e as distribuiu aos educadores, assim, implementou novas diretrizes para o ensino público baiano. Logo após se formar no Curso de Direito, fez muitas viagens para observações de sistemas escolares que já davam certo em países europeus e nos EUA. Nesse momento histórico, Anísio rompe com a concepção jesuíta e faz uma viagem para os EUA, onde John Dewey se torna sua influência decisiva e perene.

Com seus estudos e pesquisas, Anísio descobre que muito mais que virar escola, precisa-se ser escola e a educação passa a ser sinônimo de liberdade e busca do conhecimento. Conhecendo Dewey e suas obras, fortalece as ideias educativas e Anísio começa a problematizar a educação brasileira e a nos mostrar como ela não é pragmática. Por exemplo, nos ensina o que é a geladeira e a história dela, mas não ensina como ela funciona.

Decido a ficar no campo da educação, Anísio tenta importar o pragmatismo de Dewey. Retorna aos EUA e faz seu mestrado como colega de classe, convive com Gilberto Freyre. Redefine-se religiosamente e aprofunda seus estudos após encontrar-se com Monteiro Lobato. Conquistar uma educação brasileira de qualidade, se tornou missão de vida.

Anísio foi um dos principais signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, escrito por Fernando de Azevedo e publicado em 1932. Entre todas as missões educacionais desempenhadas por Anísio, a principal delas foi, na primeira metade da década de 1930, ter concebido e realizado uma grande reforma do sistema de ensino do Distrito Federal (Rio de Janeiro), que se transformou numa referência em nível nacional.

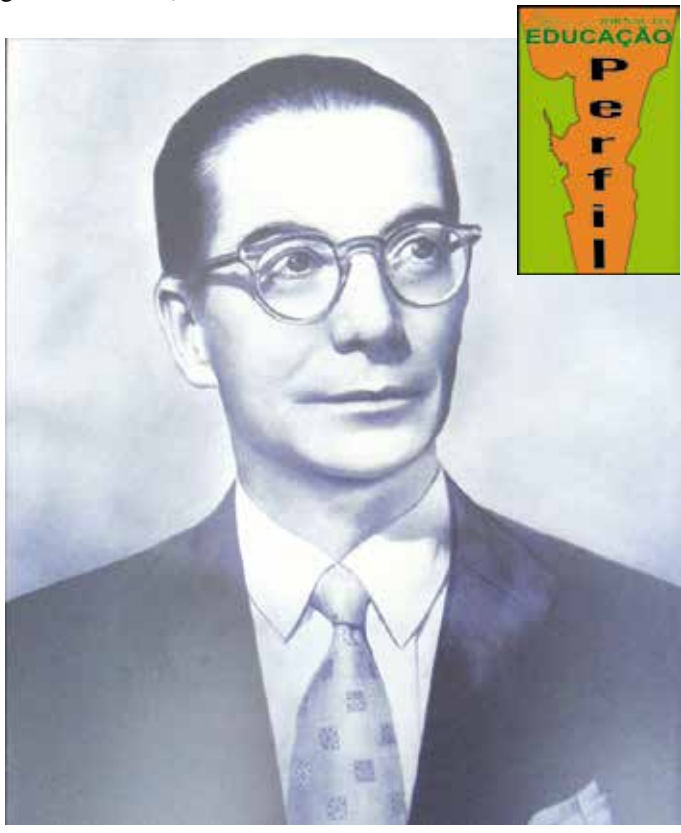
Nessa reforma, nasceu a Universidade do Distrito Federal (UDF), que é descaracterizada durante a ditadura de Vargas (Estado Novo), causando grandes polêmicas. Com a repressão desencadeada pela Intentona Comunista (final de 1935), ele é acusado de ser marxista. Exilou-se na Bahia e dedicou-se a traduções e ao comércio.

Com o processo de redemocratização iniciado em 1945, Anísio é convidado a assumir a Secretaria de Educação e Saúde da Bahia e, em tal cargo, realizou seu plano de vida: cria uma escola pública, universal e gratuita, laica e de qualidade.

Nasceu a Escola Parque – Centro Educacional Carneiro Ribeiro, que proporcionava educação integral em tempo integral, educação do fazer.

Em 1952, foi nomeado para dirigir o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), cargo que ocupou, com competência, até o golpe militar de 1964, passando a dedicar-se particularmente à produção textual. Ademais, com a inauguração de Brasília, passou a ser dirigente da UnB, implantando um modelo inovador de universidade no Brasil.

Levando-se em consideração toda a vida e obra de Anísio, aqui apresentados, podemos perceber o quão precioso ele se tornou para o avanço da educação da época,deixando-nos um legado precioso.



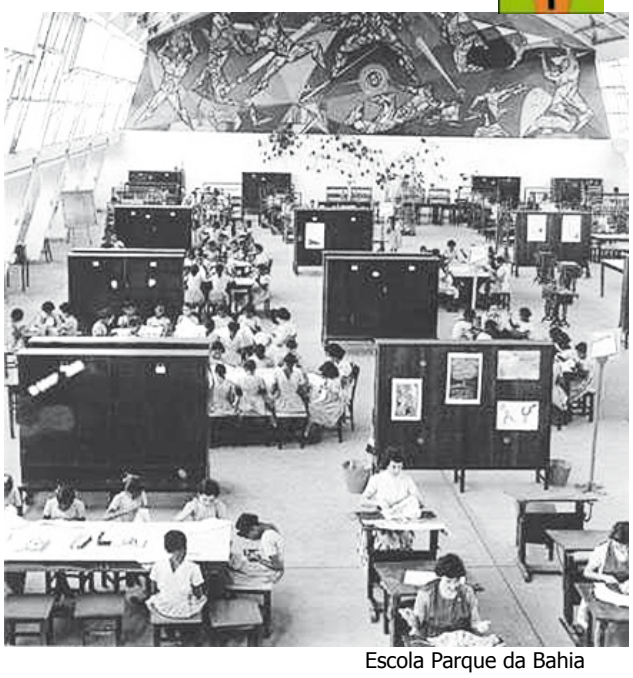
A problematização que ele fez é levada em conta até os dias de hoje, fazendo-nos refletir sobre a importância da modernização pedagógica. Crendo verdadeiramente na educação pública, laica, coeducativa e obrigatória, Anísio é considerado um verdadeiro missionário, pois, além de considerá-la sua missão de vida, inspirou muitos outros estudantes e pesquisadores, inclusive na atualidade.

Escola Parque: uma experiência pública e inovadora

Camilla F. Melo, Bruna Bernardi, Isadora Oliveira e Sulamita Althoff

A Escola Parque surgiu no final da década de 1940, vinculada ao aumento da demanda do ensino público. O governador da Bahia Otávio Mangabeira solicitou a Anísio Teixeira a elaboração de uma forma de equacionar essa questão e, assim, foi criada, em 1950 a primeira escola parque, em Salvador, chamada de Centro educacional Carneiro Ribeiro.

Devido à sua relevância no sistema de ensino, a iniciativa foi considerada renovadora tanto para o Brasil e quanto no exterior, de sorte que foi visitada por técnicos da UNESCO, que a consideraram, um excelente modelo de educação pública.



Escola Parque da Bahia

Foram criadas outras escolas parque em Salvador com objetivo de difundir a educação para classes populares. Para Anísio Teixeira, a resolução dos problemas sociais brasileiros seria alcançada ao se levar educação aos menos favorecidos, que tornando-se conscientes de sua autonomia, atuariam de forma positiva na sociedade, contribuindo com a mudança de sua realidade.

Essas escolas funcionavam em período integral. A permanência das crianças no espaço por maior tempo possibilitaria melhor preparação das crianças para exercerem suas funções sociais e também melhores cuidados como assistência médico-odontológica e alimentação.

Houve grande contribuição da Escola Parque para organização da educação escolar pública do Brasil, pois visava uma educação de qualidade, acessível a todos independentemente de raça, gênero, religião e classe social. As atividades escolares eram realizadas no intuito de manter a junção com o dia-a-dia da criança. Ou seja, o vínculo entre a escola e o meio social era mantido.

Através das vivências, o educando torna-se consciente dos seus direitos e deveres, desenvolve sua autonomia, trabalho em equipe, iniciativa e respeito por ele e pelo outro. Ao valorizar a criança como sujeito social de direitos e que se constituem também no ambiente escolar, a escola passa a atuar de forma construtiva entre a criança e suas relações, sendo um local de aprender a exercer a cidadania.

Os espaços educacionais eram articulados e preparados para atividades que permitiam às crianças aprender fazendo e relacionar esse processo com situações de sua vida dentro e fora da escola tornando-os capazes de discutir questões de sua realidade social.

No plano de educação estavam incluídas as disciplinas tradicionais, aulas de música, dança, artes industriais, atividades dramáticas, desenho, educação física, recreação, jogos onde buscava-se despertar o interesse dos alunos e tudo funcionava como uma pequena universidade infantil.

A arquitetura modernista das escolas contribuía para atrair as crianças porque o ambiente possuía aparência criativa e agradável.

Em boa medida, a Escola Parque materializou uma experiência educativa prescrita no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por Anísio Teixeira, porque rompeu com formas de ensinar tradicionalistas e adotou a democratização do ensino.

Desta forma, foi colocado em marcha um projeto renovador de educação pública, gratuita, laica e coeducativa que produziu mudanças em trajetórias de alunos e sociais.

Apesar da Escola Parque não ser muito conhecida, os seus fundamentos como a universalização e gratuidade do ensino são mantidos até a atualidade e garantem uma sociedade mais democrática com o saber acessível a indivíduos de todas os grupos sociais.

Esse projeto escolar foi de grande importância para educação do Brasil, pois foi um modelo que implantou ideias pedagógicas novas e de grande repercussão para a época. O processo educativo baseado no diálogo respeita a liberdade da criança, com intuito de que se tornem seres pensantes capazes de transformar sua realidade e fazer uso da criatividade.

O INEP sob a liderança de Anísio Teixeira e a renovação pedagógica (1952-1964)

Juliana Maués Silva Clarino e Norberto Dallabrida

A apresentação do livro "Por que não lemos Anísio Teixeira?: uma tradição esquecida", de Zaia Brandrão e Ana Waleska Mendonça, afirma que, ainda nos anos 1990, Anísio Teixeira era cultuado por uns e criticado como "educador liberal" por outros e "sua obra era muito pouco estudada e, consequentemente, ficou obscurecido o trabalho pioneiro do CBPE".

A autora se referia ao esquecimento do principal empreendimento implementado pelo educador baiano, entre 1952 e o golpe militar, quando ele foi diretor do INEP: a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). O intuito deste texto é colocar luz sobre a relevância pedagógica do CBPE.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) foi instituído em 30 de julho de 1938, com objetivo de fomentar a produção de pesquisas sobre a educação brasileira. A primeira gestão do INEP foi comandada por Lourenço Filho, educador brasileiro que se vinculava ao Movimento da Escola Nova em circulação em âmbito nacional e internacional. Foi durante essa gestão que foram criadas a Biblioteca Pedagógica e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), instrumentos importantes para divulgar estudos, relatórios e pesquisas sobre o pensamento pedagógico internacional e inquéritos do sistema de ensino brasileiro. Nessa época da ditadura getulista, o timbre dominante era o nacionalismo ufanista.

No entanto, foi a partir de 1952, sob a batuta de Anísio Teixeira, que o INEP se consolidou efetivamente como um órgão executor da renovação educacional brasileira. As estratégias de Anísio visavam primordialmente dinamizar o INEP para torná-lo não só departamento administrativo, mas, uma instância executora de políticas educacionais conectadas com o mundo global dos anos 1950.

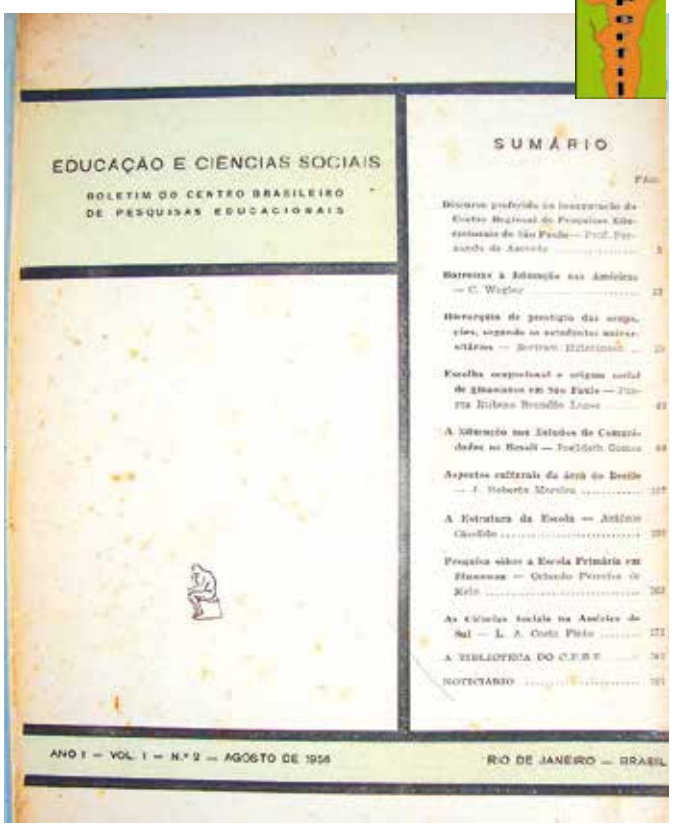
Nesta direção, em parceria com a UNESCO – onde ele havia trabalhado –, Anísio Teixeira envidou esforços para a fundação, no final de 1955, do centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), órgão vinculado ao INEP e de fundamental importância para a renovação das pesquisas e estudos educacionais.

No início do ano seguinte, o CBPE foi instalado no Distrito Federal, mas, aos poucos, foram instalados os Centros regionais de pesquisas educacionais (CRPEs), sediados em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Essa estrutura descentralizava o olhar sobre a educação nacional, contemplando reflexões regionais, tendência que seria aprofundada pela primeira LDBEN. Nesse mesmo ano, começou a publicação do boletim do CBPE intitulado "Educação e Ciências Sociais", que publicava resultados de pesquisa educacionais e/ou reflexões sociológicas.

O CBPE constituiu-se como um órgão que reunia os principais educadores e cientistas sociais brasileiros, cuja prioridade era a renovação da formação de professores do curso primário. Não por acaso, o maior volume de publicações no boletim do CBPE versava sobre o ensino primário e o curso normal, envolvendo grande número de pesquisadores.

Contudo, o ensino secundário foi investigado, sobremaneira, por Jayme Abreu, que escreveu vários trabalhos sobre o ensino secundário, apontando as suas fragilidades como o caráter elitista, o currículo excessivamente literário e engessado e o viés propedêutico. De outra parte, ele produziu proposta alternativa para o debate em torno da Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como um relatório, em parceria com Nádia Cunha, sobre as "classes experimentais" – modelo inovador de ensino secundário brasileiro apropriado das classes nouvelles francesas.

A renovação pedagógica promovida pelo INEP e, particularmente, pelo CBPE foi interrompida pelo golpe militar de 1964, que retirou Anísio Teixeira de cargos públicos e apagou da memória educacional a experiência do CBPE. Por isso, precisamos reler a experiência do INEP colocada em marcha pela liderança de Anísio Teixeira.



Capa do segundo número da revista "Educação e Ciências Sociais" (Boletim do INEP)

Os primeiros passos da alfabetização de adultos

Bruna Souza , Daniela Dos Passos, Ingrid Quintino Cantalice e Michele Costa

A história da educação de jovens e adultos no Brasil é muito recente. Na segunda metade do século XIX, começaram a acorrer algumas reformas educacionais que preconizavam a necessidade do ensino noturno para adultos analfabetos.

Durante muito tempo as escolas noturnas eram a única forma de educação de adultos praticada no país, mas com a implantação da República e do capitalismo, houve iniciativas de instituições filantrópicas e/ou religiosas e de alguns municípios e estados, mas de forma isolada.

Em 1945, com o final da ditadura Vargas, iniciou-se um movimento de fortalecimento dos princípios democráticos no país. Nesse momento histórico, a criação da UNESCO teve um papel significativo na implantação de programas voltados à educação de adultos analfabetos.

Com o estímulo da UNESCO, a "Primeira Campanha de Educação de Adultos e Jovens Analfabetos" foi criada no Brasil em 1947 com o intuito de atender uma parte da população socialmente desprivilegiada que não teve acesso à escola no período ideal. Promovida pelo Ministério da Educação e da Saúde e coordenada por Lourenço Filho, foi considerada uma ação exemplar, pois deu prioridade ao problema do analfabetismo dos adultos que viviam tanto em áreas rurais como nas regiões urbanas, atingindo mais da metade da população.

Essa modalidade de ensino sempre enfrentou resistências e dificuldades, sofrendo muitas criticas pelos métodos utilizados e por acharem que priorizando a alfabetização dos adultos, prejudicaria de alguma forma, a qualidade da educação das crianças. A ação da campanha estava claramente orientada para o atendimento às exigências da cidadania. O esforço de educação popular era real.

Segundo Lourenço Filho, "a recuperação de grandes massas da população que vivia praticamente à margem da vida nacional (...), era necessário educar o adulto, antes de tudo, para que esse marginalismo desaparecesse e o país pudesse ser homogêneo, mais coeso e mais solidário e para que cada homem ou mulher melhor pudesse ajustar-se à vida social e às preocupações do bem-estar e do progresso social".

Portanto, a primeira campanha de alfabetização para jovens e adultos teve um papel importante da educação no Brasil, onde resulta a criação de estruturas mínimas de atendimento para esses novos alunos.

Desde o final da década de 1950, iniciou-se uma intensa mobilização da sociedade civil e do Governo Federal em prol do avanço da educação de adultos, em que se destacou a Pedagogia de Paulo Freire.

Após a ditadura militar, esse projeto foi retomado e atualizado no programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) uma modalidade de ensino de extrema importância para a conquista da cidadania social.

O legado de Paulo Freire em debate: resistência às críticas

Alessandra Rodrigues Sarmento e Priscila Aguiar Souza Preuss

Durante os protestos ocorridos no dia 15 de março deste ano, em algumas cidades brasileiras, uma faixa entre tantas outras nos chamou a atenção: "chega de doutrinação marxista, basta de Paulo Freire". A frase polêmica despertou críticas além das já existentes, deixando claro o repúdio ao legado deixado pelo educador brasileiro.

Mas não é de hoje que Freire vem sendo alvo de críticas, pois, desde a sua iniciação aos estudos e as lutas por uma educação democrática, vem sendo atacado. Atualmente o argumento usado pelos críticos é de que sua teoria não serve para educar e sim para doutrinar a partir uma perspectiva político-filosófica.

As primeiras críticas mais duras contra Freire surgiram no período do Golpe de Estado de 1964. Acusado de estar subvertendo o povo brasileiro com seus métodos de educação conscientizadora, foi preso e logo depois exilado para o Chile, onde aprofundou seus estudos em educação. Mas estas e tantas outras críticas são inconsistentes e ofensivas porque formuladas por pessoas reacionárias.

Freire (1921-1997) dedicou sua vida à educação. Aprofundou seus estudos no âmbito educacional entre as décadas de 1950 e 1960, quando desenvolveu um método inovador de alfabetização de adultos.

No livro Pedagogia da Autonomia, ele nos apresenta seu método e o objetivo que queria alcançar. Além da alfabetização, o método é comprometido com a conscientização da realidade das pessoas. Formar cidadãos transformadores do mundo, criadores e recriadores, seres pensantes.

O Método Paulo Freire foi colocado em prática pela primeira vez em um Círculo de Cultura do Movimento de Cultura Popular no Recife. Com o sucesso obtido em Pernambuco, Freire foi convidado pelo presidente João Goulart para coordenar uma Campanha Nacional de Alfabetização.

Contudo, com o golpe militar de 1964, Freire foi preso e depois exilado e o seu método foi substituído pelo MOBRAL. Ao presenciar tanta intolerância, violência e repressão no regime militar, ele escreve o livro Pedagogia do Oprimido (1968). Mesmo no exílio no Chile, continua sendo censurado pelo governo brasileiro, tendo seu livro publicado no Brasil somente em 1974.

O livro é uma crítica à "educação bancária" (educação tradicional) e nos apresenta propostas que libertem os alunos das amarras opressoras. Esta obra literária se fundamenta na teoria da ação dialógica, onde há uma horizontalidade entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizado. Consiste na conscientização do educando. Há aqui, uma preocupação com o sujeito que faz parte do processo educacional. Há, portanto, uma preocupação com as pessoas.

O propósito da proposta pedagógica de Paulo Freire é fazer do educando o sujeito do processo de ensino-aprendizagem e não um mero objeto, ou seja, formar seres pensantes e críticos capazes de compreender a sua realidade e a realidade do mundo. Ele idealizou uma educação preocupada em politizar e conscientizar o educando, pois o homem conscientizado e bem instruído é capaz de questionar e transformar o mundo.

Flagrante da passeada de 15 de março de 2015

Sendo assim, não concordamos com a acusação de culpa dos problemas políticos e educacionais da atualidade atribuídos a Freire. Sua teoria oportunizou o alcance da educação às minorias e incluiu na sociedade aqueles que haviam sido esquecidos - os oprimidos.

A indignação de alguns manifestantes, no dia 15 de março, contra a educação implícita na faixa, procura atribuir ao método e à teoria freireana os problemas que o país tem enfrentado atualmente, é descabida. As questões educacionais são advindas de outros fatores, principalmente de gestão e não de uma teoria específica que tenha prejudicado o percurso da educação brasileira.

Portanto, coloquemos Paulo Freire em seu digno lugar: entre os maiores intelectuais brasileiros, quiçá entre os maiores do mundo. Respeitemos, portanto, o legado renovador deixado pelo Patrono da Educação Brasileira.

Levando a sério a menor idade

Julia Maria dos Santos, Luana Medeiros Gaspar, Dyanna Jéssica da Silva, Iara Lange e Vitória Arcanjo

No Brasil, somente a partir da Constituição de 1988, a nossa atual Carta Magna, a educação infantil passou a ser direito da criança e dever do Estado. Educação infantil é uma extensão do direito universal à educação das crianças de 0 à 6 anos. Mas, a realidade nem sempre foi essa, tanto no Brasil como em outros países.

A primeira creche foi criada por um religioso, na França, que se preocupava com crianças que ficavam sem assistência familiar e social. A palavra creche, de origem francesa, significa manjedoura, indicando acolhimento do bebê Jesus Cristo no momento do seu nascimento.

As creches se disseminaram a partir da expansão da Revolução Industrial, sendo construídas perto de fábricas onde os pais trabalhavam. Podemos usar como exemplos de primeiras creches a Escola de Tricô, fundada em 1767, pelo padre Oberlin, na França; e a Escola Infantil, criada em 1816 por Robert Owen, na Escócia.

De outra parte, o jardim de infância, criado por Froebel, em 1873, na Alemanha, tinha um objetivo pedagógico – e não se restringia ao caráter assistencial da creche. Devemos lembrar ainda que, com exceção dos jardins-de-infância de Froebel, todos os outros programas foram iniciados para melhorar a vida das crianças pobres.

Creche Hassis, Florianópolis - SC

No Brasil, as primeiras creches surgiram no fim do século XIX, com o intuito de receber crianças advindas de classes operárias, as prioridades eram o cuidado e a assistência.

Os primeiros jardins de infância também são desse momento histórico, mas direcionados especialmente para as classes privilegiadas. Posteriormente, as creches passam a serem vistas a partir de propostas pedagógicas para as crianças pequenas, como um espaço que contribui para o aprendizado e o desenvolvimento dos pequenos. A expansão das instituições educativas que educam a menor idade deu-se, efetivamente, a partir da década de 1990, muitas vezes a partir de movimento sociais.

Nos últimos anos foram e ainda estão sendo criadas novos ambientes educacionais para crianças entre 0 e 6 anos de idade, com outras maneiras de entender e poder sistematizar a educação de crianças pequenas.

Em Florianópolis, merece destaque a Creche Hassis, inaugurada no presente ano, a única no país modelo em sustentabilidade. A nova unidade de educação possui a captação de energia solar, água da chuva, bosques, hortas e sala com varanda. Os alunos receberão uma educação de qualidade com professoras qualificados e ambiente planejado para seu desenvolvimento.

Hoje a luta por creches continua porque o acesso ainda é difícil e existem critérios para que se conseguir vaga, que produzem exclusão. Espera-se que as mudanças continuem acontecendo para que possamos ter creches de qualidade para todas as crianças de 0 a 6 anos.

Escolas Alternativas: um lugar para viver as infâncias

Ana Beatriz Hermenegildo, Joice de Freitas Noronha, Lauren Fabrin, Lia Ribeiro Motter e Roberta Becker Montibeller

Acontecimentos importantes ocorreram a partir dos anos 1960 que influenciaram o modo de vida e a cultura no ocidente: movimentos musicais, como Jovem Guarda e o Tropicalismo no Brasil, manifestações a favor da democracia e a abertura política. Houve mudanças no comportamento social e na forma de pensar a respeito da criação e educação dos filhos, colocando-os no centro do aprendizado, respeitando sua natureza e o pensamento livre.

O ensino, assim, seguia pelo caminho do Movimento da Escola Nova, que iniciou no final do século XIX, e objetivava a formação plena do aluno como cidadão, o que futuramente seria a porta de entrada para os métodos pedagógicos democráticos.

Na década de 1980, teve início em Florianópolis um movimento de implantação de escolas alternativas, visando contrapor-se ao modelo educacional tradicional existente na época, considerado pelos organizadores como capitalista e hierarquizado.

Um grupo de pessoas, principalmente pais e professores universitários, uniram-se para formar uma entidade educativa e cultural na qual as práticas fossem laicas e baseadas em espírito cooperativo, respeito às diferenças, criatividade e autonomia, além do cuidado com a natureza, em razão do movimento ecológico que emergia. A proposta era fazer uma autogestão escolar, sem fins lucrativos, com uma organização não autoritária em que todos pudessem participar das decisões escolares.

Foi, então, fundada a Associação Cultural Sol Nascente, que foi a base para a formação das escolas alternativas da capital, dentre elas a Escola Praia do Riso e a Escola Sarapiquá.

Atualmente, a Sarapiquá é uma sociedade limitada e não mais uma associação de pais. Já a Praia do Riso permanece como uma associação sem fins lucrativos na qual professores, alunos e funcionários formam uma comunidade democrática e ativa.

Seus projetos políticos pedagógicos são baseados no método sócio-construtivista e inspirados por muitos pensadores, principalmente Piaget, Freinet, Vygotzky e Wallon.

As escolas trabalham através de projetos interdisciplinares, com currículos flexíveis onde as crianças participam de seu próprio processo de formação, escolhendo, junto aos professores, o tema a ser trabalhado e a forma e o ritmo com que serão apresentados.

O posicionamento em círculos faz parte da rotina escolar, para que facilite a comunicação entre o grupo. As carteiras são posicionadas desse modo e muitas aulas são ministradas com os alunos sentados ao chão, em roda, com a professora.

A relação aluno-professor é horizontal e marcada pela afetividade. O contato com a natureza também é estimulado e os alunos permanecem descalços a maior parte do tempo.

Trabalham com um sistema de avaliação descritiva no ensino infantil e com sistema de conceitos no ensino fundamental. Além destes métodos de avaliação, o desenvolvimento dos alunos é analisado individualmente ao decorrer do ano.

O processo que levou a criação das escolas alternativas, pioneiras em um movimento contra-cultural, atingiu os mais variados setores, dentre eles a educação. As experiências com esses métodos de ensino foram de fundamental importância para que se repensasse o modelo pedagógico que vinha sendo aplicado no país e atualmente a gestão democrática é obrigatória por lei.

O modo de vida contemporâneo é um grande desafio para as escolas se manterem como alternativas uma vez que devem reinventar-se para que a essência não se perca, tentando conservar suas identidades em seus projetos educativos. Mas esse maravilhoso desafio permite que as crianças tenham um espaço de refúgio perante o estresse e a correria dessa sociedade, podendo crescer com tranquilidade em meio a natureza.

Contudo, essas escolas são lugares onde ocorre não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também emocional, social, físico e moral.

A história dos clubes futebol de SC em livro

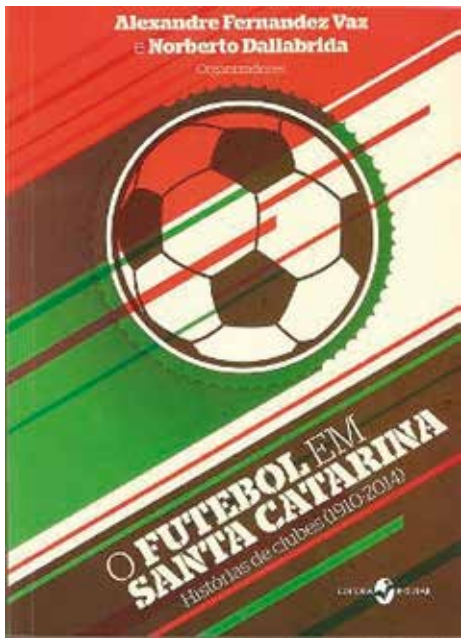
O livro ***O futebol em Santa Catarina: histórias de clubes***, organizado pelos professores Alexandre Fernandez Vaz (UFSC) e Norberto Dallabrida (UDESC), com o selo da editora Insular, foi lançado no dia 7 de maio, na UFSC, em Florianópolis.

Trata-se de uma coletânea composta por nove capítulos sobre os cinco principais times de Santa Catarina na atualidade (Figueirense, Avaí, Joinville, Chapecoense e Criciúma), os times do Marcílio Dias, de Itajaí, o Anita Garibaldi (time da antiga Praia de Fora, de Florianópolis da década de 1910) e do Colegial (time do Colégio Catarinense nas décadas de 40 e 50 do século XX), bem como sobre o clássico Interno X Externos do Colégio Catarinense.

O prefácio é assinado pelo jornalista Polidoro Júnior. A obra pretende ser a primeira iniciativa sistemática de expor aspectos da história do futebol em Santa Catarina.

As pesquisas contemplam o período entre 1910 – quando ocorreu o primeiro jogo de futebol público, na cidade de Florianópolis, entre os alunos do Colégio Catarinense e um combinado de cariocas e paulistas.

Os historiadores finalizam a pesquisa no ano de 2014, ano da realização da Copa do Mundo no Brasil. Em 2014, Santa Catarina teve a participação de três times na Série A do Campeonato Brasileiro. Dois deles permaneceram – Figueirense e Chapecoense.



"O futebol em Santa Catarina: histórias de clubes" de 1910 a 2014

O acesso do Joinville, que se sagrou campeão da Série B, em 2014, e do Avaí também ocorreram no ano da Copa do Mundo no Brasil, que converteu-se, em nível nacional, no ano de ouro do futebol catarinense.

Minha escola é show

Guaramirim - A EEB São Pedro realiza, mais uma vez, a Noite do Pastel, um dos eventos do mutirão para arrecadar fundos para a construção dos novos banheiros da escola estadual.

Na noite do pastel, pais, alunos e professores se unem e trabalham em conjunto para fazer a escola um lugar melhor para os estudantes.

Com a participação da comunidade, a escola conseguiu instalar condicionadores de ar em todas as salas de aula, lousa branca e comprar canetão para os professores. Os alunos podem deixar seus livros nos armários das salas de aula evitando sobrecarga na coluna devido ao peso do material escolar.

Alunos, pais e professores participam ativamente das promoções e no muturão

"No ano passado, com as promoções: noite do pastel, rifas e feijoada foi construída a biblioteca e uma passarela que leva os alunos do pátio da escola até o campo de futebol e ponto de ônibus", explicou a professora especialista professora Betânia Coelho.

A cada promoção, são vendidos em médio 9 mil pasteis. "Não esperamos que os governantes façam por nós, nós fizemos a diferença, por isso o nome "minha escola é show", completa orgulhosa do trabalho desenvolvido em sua escola.

Separação total de bens – convencional ou obrigatório

No regime da separação total de bens, o casamento não repercute no patrimônio do casal, pois cada cônjuge mantém a plena propriedade e administração dos seus bens particulares. A incomunicabilidade atinge todos os bens, sendo estes presentes ou futuros, os seus resultados, conferindo assim livre gestão, a posse e a propriedade do patrimônio trazido.

Desta forma, há dois patrimônios separados e diferentes, sendo eles os do marido e o da mulher. A incomunicabilidade atinge também os bens adquiridos na constância do casamento e não só os anteriores à união, restando à completa separação desses bens.

O regime de separação de bens pode ser convencional quando advém da vontade do casal, ou obrigatório quando a lei impõe o regime, sem deixar opção para os interessados, com o fim de proteção daqueles que, por algum motivo, possam ser ludibriados pelo outro cônjuge e assim sofrer graves prejuízos patrimoniais com a adoção de outro regime de bens.

O art. 1.641 do Código Civil dispõe, as circunstâncias que levarão à obrigatoriedade do regime de separação de bens: I - da pessoa maior que setenta anos; II – de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial, por exemplo, menores que obtiveram o suprimento judicial de idade ou de consentimento dos pais e III - das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas de celebração do casamento.

Por outro lado, o art. 1.523 do CC, estabelece quais são as causas suspensivas de celebração do casamento, vejamos:

a - o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros;

b - a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal;

c - o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida à partilha dos bens do casal;

d - o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas.

Com relação à herança, quem é casado pelo regime da separação de bens somente será herdeiro se o cônjuge falecido não tiver deixado descendentes (filhos, netos, bisnetos). Se o cônjuge falecido não tiver descendentes, mas tiver ascendentes (pais, avós ou bisavós), o cônjuge sobrevivente dividirá a herança com eles. Se o falecido não tiver nem descendentes, nem ascendentes, o cônjuge sobrevivente herda tudo.

Entretanto, há uma corrente jurisprudencial que interpreta a lei de forma diferente. Para estes, se foi combinada a separação total, o cônjuge sobrevivente não seria herdeiro, contrariando a regra pacificada pela Súmula 377 do STF, que que embora destinada a casos de divórcio, também está sendo interpretada para discussões sobre sucessão, com o seguinte teor: "No regime de separação legal de bens, comunicam-se os adquiridos na constância do casamento", ou seja, os bens adquiridos durante a união devem ser divididos pelos cônjuges em caso de divórcio, aqueles adquiridos antes da união, pertencem exclusivamente àquele que o adquiriu.

Há outros julgados, no entanto, que entendem que para que ocorra a divisão, deve ser provado o esforço comum, caso que deve ser proposta ação judicial para provar e requerer a divisão, cuja decisão final depende exclusivamente do Judiciário, e pelo que se vê, depende também da realidade de cada caso concreto.

Considerando a complexidade deste tema, recomendo fortemente que busque o auxílio de um advogado especializado em família e sucessões, que poderá auxiliá-la nas decisões, atenuando angústias e ansiedades típicas das decisões importantes da nossa vida.

Yolanda Robert – professora, advogada, consultora e especialista em direito e processo civil e em direito e processo do trabalho. Endereço eletrônico: yolanda@robertadvocacia.com.br

Coordenador: Profº Leandro Villela de Azevedo

A questão da identidade de gênero ao longo da história

Em um mundo onde uma parcela das pessoas que conheço está com os ânimos cada vez mais exaltados, ao ponto de alguns chegaram a desejar a ditadura militar.

Em um mundo onde vejo uma parcela da população tentando defender o direito de policiais espancarem ou humilharem trangêneros, independente de qualquer crime que essa pessoa tenha cometido, percebo que é importante um olhar histórico sobre o tema.

Discurtir identidade de gênero (para além da preferência sexual) parece novidade, há muitos que diriam com facilidade "em que mundo chegamos", entretanto se formos analisar historicamente poderemos perceber que a questão da identidade de gênero, tanto em sua vertente de preferência sexual como apenas da questão de identidade, tem uma transformação constante no decorrer do tempo e do espaço. o texto mais antigo que conheço a esse respeito tem quase 5000 anos, trata-se da epopeia de Gilgamesh. Nela, Gilgamesh, um semi Deus com poderes sobre humanos é desafiado por um rival a altura, Enkidu.

Após dias em disputa, decidem que ao invés de serem rivais iriam ser "amigos" e declaram amor completo um pelo outro. A epopeia não fala de relações sexuais, mas conta que os dois amigos fugiam da presença de mulheres, lutavam nus na floresta sozinhos por dias e o grande início da aventura se dá quando Ishtar, a deusa do amor, se apaixona por Gilgamesh.

Ela tinha o poder de fazer qualquer homem se apaixonar por ela apenas com o olhar, entranto Gilgamesh ignora ela, que era considerada a mulher perfeita, preferindo a companhia de Enkidu.

Em um rompante de ciúmes Ishtar cria uma fera para matar Enkidu. Todo o restante da epopeia é composta por Gilgamesh, por amor a Enkidu, tentando arrumar uma forma de reverter a morte e salvar o seu amado.

De forma semelhante, em outra famosa epopeia da antiguidade, Aquiles, o herói grego quase perfeito e imortal (exceto pelo seu tornozelo) possui a companhia constante de Pátroclo,com quem tinha relações muito íntimas, ao ponto dele arriscar todo o sucesso na guerra de Tróia apenas para recuperar o corpo moribundo de Pátroclo, sobre o qual ele sobre por dias, na esperança dele voltar à vida e se foca em uma vingança contra o seu assassino após isso.

Historiadores e literários discutem se o amor de Aquiles e Pátroclo era mesmo homossexual, no caso de Gilgamesh raros duvidam disso. Entretanto, o mais interessante dessas duas histórias não é querer provar que o homossexualismo existe desde a antiguidade, raros estudiosos duvidariam disso (na verdade nem religiosos deveriam duvidar já que se a torá judaica que compõe os 5 primeiros livros da biblia cristã fala de regras sexuais a respeito do homossexualismo - e se fala é porque a prática havia).

O mais interessante desses casos é que nem Gilgamesh e nem Aquiles são considerados menos homens por terem tal amor, pelo contrário, eles são considerados exemplos máximos de masculinidade.

Na grécia antiga, o relacionamento entre Aquiles e Pátroclo não colocaria aquiles sob a alcunha de homossexual, heterossexual ou bissexual,Simplesmente era uma relação cotidiana entre pupilo e preceptor, onde um homem mais velho tomava um mais novo como espécie de filho por consideração, o ensinando nas artes de ser "macho" como a

luta, a vida política e a iniciação sexual (com aulas práticas).

Sobre a questão de gênero então nem se diga. Joana D'arc foi condenada por bruxaria em um julgamento tal qual poucos contestaram seus poderes sobrenaturais, afinal de constas como uma mulher poderia ser capaz de coordenar um exército vencendo a Inglaterra em campo em uma guerra que posteriormente seria chamada de Guerra dos 100 anos.

Lembrem-se que ela só consegue tal feito a princípio por sefinger de homem até ser descoberta. Wu Ze Tian, a famosa imperatriz chinesa, que em um império onde os imperadores tinham milhares de esposa consegue subverter o sistema e assumir o poder em suas mãos foi considerada o cúmulo da experiência transgênera da época (na ideia de transitar entre os gêneros "padrões").

Há historiadores que crêem que o misterioso sucessor indicado por Akenaton, faraó egípcio criador do monoteísmo neste país (ainda antes do monoteísmo do povo judeu) era na verdade sua esposa Nefertitidisfarçada de homem, já que pelas regras ela sendo mulher não poderia governar, sendo considerada apenas uma posse de seu esposo.

O papel da mulher e do homem vem se redefinindo constantemente no passar da história, assim como as atitudes consideradas adequadas a cada um destes dois gêneros, e em todas as épocas sempre haviam os que desafiavam os padrões esperados para o seu "gênero de nascimento" seja de cunho sexual, pessoal, político ou de vestimenta.

Tenha a opinião que você tiver a esse respeito pelo menos saiba, o mundo nunca parou de girar, quaisquer conflitos culturais que estejamos a enfrentar hoje nesse sentido apenas remonta a mais um eterno ciclo de redefinições de papéis, que existe desde os primórdios da humanidade.

CONTATOS: E-mail: professorleandrovillela@gmail.com
Visite também: www.qhee.blogspot.com e www.profleandro.com

Visita ao Projeto Toninhas

São Francisco do Sul - Com o objetivo de trabalhar junto às crianças o educar para a preservação ambiental, especialmente da Baia Babitonga e o desenvolvimento da consciência ecológica, as professoras das turmas do jardim e do maternal do CMEI Peter Pan, desenvolveram o projeto "**Você quer conhecer as Toninhas**?

Uma visita ao Projeto Toninhas, da Univille, consolidou ainda mais os conhecimentos sobre o único golfinho brasileiro, ameaçado de extinção e que alegra os pescadores, marinheiros e turistas que navegam na Baia Babitonga, passeando próximo aos barcos.

A aula passeio na Univille, de São Francisco do Sul, teve o objetivo de reafirmar os conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento do projeto.

"Nossa meta é despertar nas crianças um novo olhar, através da informação, da interação das turmas, do diálogo com os conhecimentos adquiridos, estimular a curiosidade e a investigação sobre a espécie", descreveram as professoras.

O projeto visou ainda a fomentar a cultura e a vontade de aprender através da leitura e interpretação de texto. A poesia "O Golfinho" motivou trabalhos manuais e recitais. Os alunos tiveram acesso ainda à enciclopédia da coleção "O mundo em que vivemos" (Espécie Marinha) e assistiram ao documentário da BBC (Animais que habitam o oceano).

Ameaçada de extinção

Os golfinhos e as toninhas estão agrupados na ordem dos mamíferos chamados de Cetáceos. Nesta ordem se agrupam os mamíferos desde a pequena toninha, que brinca perto dos navios, até a gigantesca baleia azul do Oceano Antártico.

O parente mais próximo da Toninha é o Boto da Amazônia. A Toninha é a única representante atual da família *pontaiidae*, acredita-se que exista há cerca de um milhão de anos.

Em virtude do lento ciclo reprodutivo e da alta mortalidade decorrente da pesca, a toninha é a única espécie brasileira de golfinho ameaçada de extinção. A Univille mantém no Espaço Ambiental Babitonga (ESAB) o Projeto Toninhas que visam ao estudo e preservação da espécie na Baia Babitonga.

Trilha suspensa sobre a Mata Atlântica

O Espaço Ambiental Babitonga (ESAB), que desenvolve atividades de educação com ênfase para escolas e funciona desde 2007 na Unidade de São Francisco do Sul da Univille ganhou, em março, uma trilha e nova infraestrutura de apoio aos visitantes.

A inauguração integra a programação em comemoração aos 50 anos da Univille.

O ESAB, que possui um acervo com animais taxidermizados, esqueletos e moldes de animais da fauna local, além de aquários, recebeu novos investimentos em 2014 por meio do Projeto Toninhas, patrocinado pela Petrobras.

A "Trilha Ecológica Mão Pelada" percorre 94 metros em meio a um remanescente de Mata Atlântica junto ao Espaço Ambiental Babitonga.

Irmãs Catequistas: Professoras em Escolas Públicas

Por Geane Kantovitz* e Clarícia Otto**

No número 285 deste jornal, Norberto Dallabrida tratou acerca das disputas que levaram à criação da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, que celebrou cem anos de fundação em 14 de janeiro deste ano. Neste número, tomamos como foco o processo de transição dessas religiosas, do seu primeiro espaço de atuação, das escolas paroquiais, para as escolas públicas. Nos primeiros tempos de sua existência, as Irmãs Catequistas contribuíram, temporariamente, na resolução da crise das escolas paroquiais. Inclusive, na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o governo brasileiro fecha as escolas nas quais as aulas eram ministradas em línguas estrangeiras. Entretanto, parcela das escolas paroquiais foram mantidas pelo fato de elas contarem com as professoras catequistas, pois as Catequistas eram brasileiras e ensinavam em português.

No processo de nacionalização do ensino, imposto pelo governo de Getúlio Vargas (1937-1945), tanto as escolas paroquiais quanto as escolas étnicas foram suprimidas de forma definitiva. Nesse processo, nas escolas paroquiais que contavam com Irmãs Catequistas, fez-se a negociação para a sua permanência nas escolas então transformadas em públicas. Tais escolas foram obrigadas a se adaptar às exigências estatais, todavia, as Irmãs Catequistas continuaram ministrando a doutrina católica. Desse modo, o etos pedagógico no campo religioso desliza para o laico, para as escolas da rede pública. Assim, essas professoras não somente contribuíram para a manutenção e formação de bons católicos, como também de bons patriotas, interesse da elite do Brasil republicano. A concepção de moral católica veio somar para a difusão dos bens culturais e dos padrões morais indispensáveis ao fortalecimento da nacionalização.

O bispo Joaquim Domingues de Oliveira, paulatinamente, foi doando o espaço físico das escolas paroquiais ao Estado e, como contrapartida, o governo catarinense passou a permitir o ensino religioso nas escolas da rede pública. Nessa época, havia 110 Irmãs Catequistas distribuídas em 45 escolas isoladas e reunidas.

A Congregação realizou o serviço específico e prioritário da educação em escolas públicas até o final dos anos de 1960. As professoras catequistas, filhas de cada tempo histórico, foram percebendo a necessária mudança. Ampliaram seus espaços de atuação para além da educação dos filhos dos colonos de Santa Catarina e seus objetivos educacionais foram entendidos de forma mais abrangente, como educação para a cidadania. Dessa forma, passaram a atuar em comunidades eclesiais de base; em projetos em prol da vida, da justiça, da paz; em movimentos e grupos de mulheres, de jovens e de terceira idade; na educação de jovens e adultos; na organização de agricultores, de povos indígenas e de afrodescendentes.

Ao longo de sua trajetória, as Irmãs Catequistas contaram com o auxílio de várias pessoas que contribuíram para a fidelidade a um modo próprio de ser professora, para o seu crescimento e também para sua institucionalização. Dentre elas, o povo de cada época foi figura histórica singular. "Sejam irmãs do povo" foi a recomendação de um dos fundadores, frei Polycarpo Schuhen. Viver duas a duas no meio do povo, nas escolas isoladas e/ou reunidas distantes da pequena cidade e/ou município foi o que passou a distinguir as irmãs catequistas de outras religiosas da época, as quais eram professoras em seus próprios colégios.

Por fim, podemos acenar que as Irmãs Catequistas também somaram no processo de feminização do magistério, isto é, na inserção da mulher como professora no ensino primário.

Irmãs Catequistas e alunos. Angico, Rio do Oeste (SC), entre 1950 e 1954.
Fonte: Arquivo pessoal da Irmã Geraldina Rover. Rio dos Cedros (SC).

***Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC. Bolsista FAPESC/CAPES. E-mail: geaneks@hotmail.com**

**** Professora da UFSC. E-mail: clariciaotto@gmail.com**

Norberto Dallabrida é professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Autor, co-autor ou organizador de diversos livros. Entre eles, "A Escola da República" (Editora Mercado de Letras, 2011) e "O futebol em Santa Catarina: histórias de clubes", organizado com Alexandre Fernandez Vaz (UFSC) e Norberto Dallabrida (UDESC), com o selo da Editora Insular.

Professores criam fundo de manutenção para os grevistas

Florianópolis - Em assembléia realizada no dia 14 de maio, os professores grevistas da rede estadual rejeitaram a proposta do governo, decidiram pela manutenção da greve que já dura dois meses e criaram um fundo de amparo para manutenção dos professores grevistas que tiveram descontos na folha de pagamento.

Ao final da assembleia, a categoria tomou os dois sentidos da BR-101 na região de Biguaçu, por cerca de 10 minutos. Em resposta, o governo do estado contratou professores ACTs para garantir o direito dos alunos às aulas.

Com a mutenção da greve e a retirada dos projetos de regulamentação da contratação de ACTs e do plano de carreira do magistério estadual da pauta da Assembléia Legislativa, a categoria continua sem saber quando e quanto terá de reajuste salarial e o novo plano de carreira.

Enquanto o governo condiciona a retomada das negociações ao fim da greve, o SINTE comanda a greve que promete intensificar a ocupação da ALESC e da SED.

No dia 18, grevistas de Itajaí, Jaraguá do Sul e Joinville fizeram manifestação em frente ao hotel em que o secretário Eduardo Deschamps apresentaria o Pacto pela Educação de SC, no Ciclo de palestras estratégicas de Santa Catarina, promovido pela SDR de Joinville.

Com faixas, velas, cruz com faixa - SOS Educação, carro de som e palavras de ordem, os professores grevistas tentaram, mas não conseguiram, pressionar o secretário que foi substituido no evento pelo diretor de educação superior da secretaria de educação, Gilberto Luiz Agnolin.

A foto tirada na noite do dia 18 de maio é o retrato da educação da rede estadual, segundo os grevistas.

Música acalma animal interior

Massaranduba - A professora de inglês Ana Maria Lopes Engel, da EMEFJonas Alves de Souza trabalhou com os alunos do 8ºano, a música Paradise - Coldplay. Ao interpretar a letra da música, discutiram a cerca da própria realidade.

A música relata a história de uma garota que se sentia como um animal enjaulado (um elefante) e sonhava com um mundo melhor, um lugar de liberdade e paz. Onde haveria justiça para todos.

Mas a garota se decepcionou ao descobrir a tristeza e a desilusão no mundo real. Após ouvirem e interpretarem a música, os estudantes discutiram a cerca da realidade em que vivem, seus sonhos e aspirações.

Em seguida, a professora solicitou que expressassem em um desenho os próprios sentimentos.

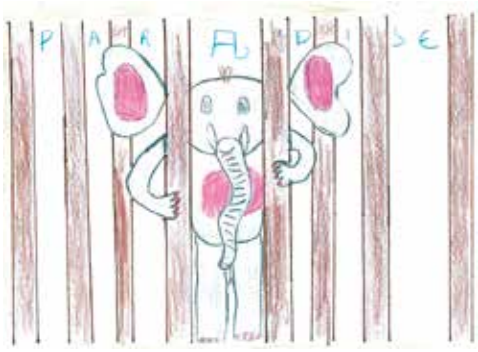


Ilustração de Felype de Souza – 8º ano 02

Ao mesmo tempo, desafiou os estudantes a manterem um bom relacionamento com os colegas, amigos, professores e profissionais da escola com vistas a diminuír as tristezas do mundo que provocam as desiluções nas pessoas.

Inscrição ao ENEM será de 25 de maio e 5 de junho

Brasília - O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2015 será realizado em 24 e 25 de outubro. As datas de inscrição (25 de maio a 5 de junho) e das provas foram anunciadas pelo ministro da Educação, Janine Ribeiro, no dia 14 de maio.

A taxa de inscrição passa de R$ 35 para R$ 63 e os concluintes do ensino médio de escolas públicas que são isentos e faltarem às provas deste ano, terão de pagar a taxa na próxima edição.

Além das mudanças no valor da taxa e nas regras para isenção, o ministro da Educação Janine Ribeiro, anunciou que o cartão de confirmação não será mais enviado por correio, o que representará uma economia de R$20milhões. A estimativa é que quase R$ 60 milhões serão poupados com o pagamento de inscrições por alunos que antes estavam insentos.

Prova mais importante

Desde 2009, quando o MEC modificou significativamente a prova e o sistema de avaliação, o ENEM vem se tornado a cada ano, o compromisso mais importante dos concluintes do ensino médio com o próprio futuro.

O MEC vem trabalhando para que as universidades, especialmente as públicas, usem a nota, se não como único critério, mas como parte do processo seletivo de ingresso de novos estudantes.

Nos institutos federais de educação (antigo CEFET) ele é a única forma de ingresso. Na maioria das universidades federais e nas com ingresso via SiSu, a nota do ENEM

substituiu os vestibulares.

A quase totalidade das instituições públicas e particulares de ensino superior reservam parcela significativa das vagas em seus principais cursos para ingresso com base na nota da prova.

Obrigatório para o FIES e ProUni

Obter nota mínima no ENEM é exigência para quem pretende financiar os estudos pelo FIES ou concorrer a vagas em instituições particulares pelo **ProUni** (Programa Universidade para Todos) e para os cursos técnicos e tecnológicos do **Pronatec**.

Por outro lado, os maiores de 18 anos podem receber certificado de conclusão do ensino médio, mesmo sem frequentar as aulas, desde que consigam a nota mínima exigida no edital da prova.

Já na universidade, ter conseguido uma boa nota no ENEM é pré-requisito para participar dos programas governamentais de intercâmbio e estudos no exterior, como o Ciências sem Fronteiras.

RÁPIDAS

Mestrado e Doutorado em Ciência Animal *- O Centro de Ciências Agroveterinárias (CAV), da Udesc, em Lages, está com inscrições abertas, até 12 de junho, para os cursos de Mestrado e Doutorado em Ciência Animal. Os interessados podem se inscrever na Secretaria de Pós-Graduação da Udesc Lages, no Bairro Conta Dinheiro, ou pelo correio, via Sedex. A seleção ocorrerá em 29 e 30 de junho. O resultado será divulgado até 10 de julho e o início das aulas está previsto para agosto. São oferecidas 15 vagas para o mestrado e 11 para o doutorado, em duas áreas de concentração: Saúde Animal e Produção Animal. Na área da Saúde Animal há duas linhas de pesquisa: Clínica e Cirurgia Veterinária; e Sanidade e Patologia Animal. Na área de Produção Animal há outras duas linhas: Nutrição, Manejo Animal e Forragicultura; e Genética, Melhoramento e Reprodução Animal. Mais informações podem ser obtidas na página do programa de pós, pelos telefones (49) 21019169 e 21019241 e por e-mail para: cienciaanimal@cav.udesc.br ou ppgciencia@gmail.com.*

Prêmio Sarau Brasil 2015 *- Estão abertas até o dia 5 de junho, as inscrições para o* ***Concurso Nacional Novos Poetas****, Prêmio Sarau Brasil 2015. Podem participar brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 16 anos. Cada candidato pode inscrever-se com até dois poemas de sua autoria, com texto em língua portuguesa. O tema é livre, assim como o gênero lírico escolhido. Serão 250 poemas classificados para serem publicados no livro, Prêmio Sarau Brasil 2015. Antologia Poética. Inscrições gratuitas até 05 de junho de 2015, pelo site:*

www.concursonovospoetas.com.br